

LAURO ROCHA REIS

**O ANTAGONISMO ENTRE A VONTADE GERAL E A VONTADE PARTICULAR
NO CONTRATO SOCIAL DE JEAN-JACQUES ROUSSEAU**

Brasília – DF

2017

R375a

Reis, Lauro Rocha.

O antagonismo entre a vontade geral e a vontade particular no contrato social de Jean-Jacques Rousseau / Lauro Rocha Reis. – 2017.

88 f.

1. Contrato social. 2. Vontade (direito). 3. Rousseau, Jean-Jacques. I. Título.

CDU 321.01

Dedico este trabalho aos professores Clóvis Muniz Reis (*in memorian*) e Jacira Rocha Reis, meus genitores, que destinaram suas vidas à formação de profissionais do magistério e à construção de sociedade justa e livre.

Sobre o Autor

Nascido em 13 de outubro de 1962, natural de Brasília-DF e radicado em Formosa-GO, de 1969 a 1994, lá se formou Técnico em Magistério e lecionou matemática no ensino fundamental e médio, de 1977 a 1994.

Graduou-se em Direito em 1985, tendo exercido a profissão de advogado, de 1986 a 1994, com domicílio profissional em Goiás e Distrito Federal.

Retornou a Brasília em outubro de 1994, quando ingressou no Superior Tribunal de Justiça no cargo efetivo de analista judiciário, que exerceu até abril de 2018. No STJ dirigiu várias unidades administrativas e de controle interno, culminando por secretariar a Quinta Turma do tribunal por mais de uma década. Professor de Direito Civil, Direito Processual Civil e Filosofia do Direito desde 2005.

Especialista docente em Direito Público e Mestre em Filosofia, com vários trabalhos jurídicos e filosóficos publicados e cursos profissionais ministrados, voltados à administração judiciária e ao exercício da advocacia. Há mais de uma década profere palestras e simpósios, tanto na área de Direito, quanto na área de Filosofia.

Retornou à profissão de advogado em maio de 2018, inscrito na OAB-DF sob o nº 7.429, integra a Rocha Reis - Advogados Associados, com sede no SIG Quadra 01, lote 495, Ed. Barão do Rio Branco, loja 04, CEP 70.610-410, Brasília-DF, lauro@rochareis.adv.br, (61)4104-4114, (61)4104-4103 e (61)99821-2772. Milita nas especialidades de Direito Civil, Empresarial, Administrativo e Agrário, com experiência em tribunais superiores e de contas.

RESUMO

Este trabalho tem como objeto o estudo do antagonismo entre a vontade geral e a vontade particular segundo J Rousseau. A fim de se compreender a problemática da pesquisa é realizada exposição sobre as liberdades natural, social e moral; o amor de si, a piedade e o amor-próprio; as primeiras sociedades e a escravidão; para adequada compreensão da formação e celebração do pacto coletivo. Apresenta-se, ainda, o fundamento do contrato social e o surgimento do soberano e sua vontade coletiva; a organização do sistema jurídico com a positivação das leis e a estrutura e forma de governos. A seguir se argumenta sobre a valorização da vontade geral como condição de existência do contrato social. Finalmente se realiza a discussão do problema no antagonismo entre a vontade particular e a vontade geral que, segundo Rousseau, a primeira sempre se insurgirá contra a segunda, sendo que as causas que dão origem ao contrato social são as mesmas que podem provocar o seu rompimento e a morte do corpo coletivo. Complementa-se com a exposição de causas que possam comprometer o referido acordo, quais sejam: o amor-próprio, o privilégio, a vontade do governante e a representação popular.

Palavras-chave: Rousseau. Contrato social. Vontade Geral. Vontade Particular. Antagonismo.

ABSTRACT

The present study aims to examine the antagonism between the general and particular will, according to Rousseau. For an adequate understanding of the formation and celebration of the collective pact, this work exposes the concepts of natural, social and moral freedoms; love of self, pity and self-love; early societies and slavery. It also analyses the foundation of the social contract and the emergence of sovereignty and its general will; the organization of the legal system with positive laws and the structure and form of governments. Thus, an argumentation on the general will as a condition of existence for the social contract is also presented. Finally, the present study holds the discussion on the antagonism of the general and particular will. According to Rousseau, the particular instigates at all times against the collective will and the origin causes of the social contract are the same that could cause the collective body's rupture and death. As a complement, the present work exposes the causes that could compromise the referred deal, namely: self-love, privilege, rulers' will and popular representation.

Keywords: Rousseau. Social contract. General Will. Private Will. Antagonism.

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| 1. INTRODUÇÃO | 10 |
| 2. PRIMEIRAS SOCIEDADES..... | 12 |
| 2.1. Da Liberdade do Homem | 12 |
| 2.2. Da Família..... | 16 |
| 2.3. Sobre o Amor de Si, a Piedade e o Amor-Próprio..... | 19 |
| 2.4. Das Sociedades Políticas..... | 23 |
| 2.5. Do Fenômeno da Sociabilidade..... | 25 |
| 2.6. Do Direito do Mais Forte e da Escravidão..... | 26 |
| 3. SOBRE O CONTRATO SOCIAL..... | 31 |
| 3.1. Do Fundamento | 31 |
| 3.2. Do Soberano | 34 |
| 3.3. Soberania: Inalienável e Indivisível..... | 37 |
| 3.4. Da Lei, do Legislador e do Povo..... | 41 |
| 3.5. Do Governo em Geral | 50 |
| 3.6. Da Democracia, da Aristocracia e da Monarquia | 52 |
| 3.7. Sobre o Paradoxo em Rousseau..... | 56 |
| 4. O ANTAGONISMO ENTRE AS VONTADES GERAL E PARTICULAR | 59 |
| 4.1. A Valorização da Vontade Geral | 59 |
| 4.2. Do Amor-Próprio Como Causa de Antagonismo | 64 |
| 4.3. Do Privilégio como Causa de Antagonismo | 68 |
| 4.4. Da Vontade do Governante como Causa de Antagonismo..... | 70 |
| 4.5. Da Representação Popular como Causa de Antagonismo..... | 74 |
| 4.6. Liberdade <i>versus</i> Totalitarismo..... | 79 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 82 |
| REFERÊNCIAS..... | 85 |

1. INTRODUÇÃO

O filósofo iluminista Jean-Jacques Rousseau, em sua obra *Do contrato social*, publicado em 1762, realiza estudo sobre a organização social dos homens e a constituição do Estado, bem como define o que denomina *vontade particular* e *vontade geral*, respectivamente; sendo assim, Rousseau expõe sobre o que compreende como requisitos ideais para a existência de uma sociedade justa e duradoura.

Levando-se em conta o modo de como considerar, na obra de Rousseau, a relação entre *vontade geral* e *vontade particular*, como também os requisitos de solidez do pacto coletivo, que não pode deixar de priorizar a vontade particular, fixa-se como proposição da pesquisa, a indagação no que consiste e como, de certa forma, é resolvido o antagonismo entre a vontade particular e a vontade geral em Rousseau.

Desta forma, a visão de contrato social, apresentada pelo autor, retrata a evolução da situação humana da liberdade natural para a liberdade civil, o que reflete diretamente na organização do Estado, requisito fundamental para se chegar à liberdade moral.

Um dos aspectos relevantes nesta pesquisa é: contribuir para a discussão do tema, assim como esclarecer questões pertinentes dentro do direito, ou seja, no geral, chegar-se ao entendimento sobre as causas de relacionamento possivelmente conflituoso entre as duas vontades, geral e particular: ponto-chave que revela importante destaque para o desenvolvimento deste trabalho.

Neste cenário, vale lembrar que existem controvérsias na relação entre a vontade particular e vontade geral. Há defesas de estudiosos, de que Rousseau se presta a uma leitura onde haja a supremacia da 'vontade geral' sobre a 'vontade particular', como no caso de Bertrand Russell (1872-1970), considerado um dos mais influente filósofos britânico do século XX: ensaísta e crítico social, mais conhecido por seu trabalho de lógica matemática e filosofia analítica, no sentido de que se poderia defender posições totalitaristas a partir do seu pensamento; há outros pesquisadores que defendem o fato de não poder se concluir imediatamente que Rousseau serviria para justificar o totalitarismo, como no caso de Ernst Cassirer, o qual distingue liberdade de arbítrio. Pretende-se então examinar esta questão e apresentar contribuição sobre este debate.

Assim, vale afirmar que há sustentação de que em sua obra, Rousseau, afirma a necessidade 'da vontade geral em face da vontade particular' e desta em face daquela, que a sua coexistência é fundamental para que tanto uma, quanto a outra prosperem, pois se houver só a primeira, resultará em totalitarismo, enquanto que havendo só a segunda, o homem retorna ao seu estado natural, sem qualquer organização.

No primeiro capítulo desta dissertação, será apresentada uma exposição sobre a liberdade natural em face da liberdade civil e esta em face da liberdade moral. Também sobre o amor de si e o amor-próprio, na visão do pensador central. A influência da família e das sociedades políticas na organização da comunidade. Por fim, como o autor analisa, a questão do direito do mais forte e da escravidão.

No segundo capítulo serão esclarecidos a visão de Rousseau sobre *Do contrato social* e seu fundamento, e onde se situa o soberano; a organização das leis e a figura do legislador; como se dá o estabelecimento do governo e suas formas. Verificar, ainda, sobre os pressupostos imperativos do pacto social, isto é, a aplicação dos dois princípios de justiça que são a liberdade e a igualdade, como principal finalidade, além de breve análise sobre o eventual paradoxo na ideia do pensador, Rousseau.

O terceiro capítulo mostrará os principais pontos de antagonismo entre a 'vontade geral e a vontade particular'. Serão analisadas e discutidas causas decorrentes do amor-próprio do indivíduo, dos privilégios a determinadas pessoas ou grupos, interesses pessoais do governante e também a representação popular como precursora de negociações setorializadas e até da corrupção.

A realização deste trabalho se deu através da análise, leitura e tomada de apontamentos sobre a obra *Do Contrato Social*, de Rousseau, na edição Os Pensadores, vol. I, Nova Cultural, 1997. A compreensão de passagens controversas sobre o relacionamento da vontade geral e a vontade particular foi feita a partir do auxílio dos autores Norberto Bobbio, Robert Derathé, Antonio Ruzza, Bertrand Russell, Ernst Cassirer, Natália Maryuama, Luciana Coletti, Émile Durkheim, dentre vários outros.

2. PRIMEIRAS SOCIEDADES

Na obra *Do Contrato Social*, Rousseau inicia seu trabalho analisando aspectos relacionados às primeiras sociedades humanas, tendo a família como a única natural. Ao se referir sobre o pacto social, o autor trata da mudança do homem do estado de liberdade natural para o estado de liberdade civil. Como consequência, pretende-se neste capítulo mostrar, antes do contrato, a intenção do autor ao expor sobre a liberdade natural em face da liberdade civil e esta em face da liberdade moral. Da mesma forma, a questão do amor de si, a piedade e o amor-próprio, como também a influência da família e das sociedades políticas na organização da comunidade, além de como analisa a questão do direito do mais forte e da escravidão. A necessidade se dá por serem elementos precursores *Do contrato social*, estudados com maior profundidade em seu *segundo discurso*, e que influenciarão na discussão do tema deste trabalho, isto é, ao serem estudadas as causas de antagonismo.

2.1. Da Liberdade do Homem

Ao publicar a obra intitulada *Do Contrato Social*, no ano de 1762, o filósofo Jean-Jacques Rousseau propôs que a vida social é considerada sobre a base de um contrato em que cada contratante condiciona a sua liberdade ao bem da comunidade, procurando proceder sempre de acordo com as aspirações da maioria. Assim, imprescindível é que haja prévia reflexão sobre a questão da liberdade do homem.

Rousseau tomou como base a mudança do homem do estado natural para o estado civil, assim demonstrando:

O que o homem perde pelo contrato social é a liberdade natural e um direito ilimitado a tudo quanto aventura e pode alcançar. O que com ele ganha é a liberdade civil e a propriedade de tudo o que possui. A fim de não fazer um julgamento errado dessas compensações, impõe-se distinguir entre a liberdade natural, que só conhece limites nas forças do indivíduo, e a liberdade civil, que se limita pela vontade geral, e, mais, distinguir a posse, que não é senão o efeito da força ou o direito do primeiro ocupante, da propriedade, que só pode fundar-se num título positivo.

Poder-se-ia, a propósito do que ficou acima, acrescentar à aquisição do estado civil a liberdade moral, única a tornar o homem verdadeiramente senhor de si

mesmo, porque o impulso do puro apetite é escravidão, e a obediência à lei que se estatuiu a si mesma é liberdade.¹

Em primeiro lugar, ao afirmar que o que o homem “perde pelo contrato social é a liberdade natural e um direito ilimitado a tudo aventura e pode alcançar”, é preciso entender o significado do que o autor definiu a liberdade natural. Como qualquer animal, o homem depende dos recursos naturais para subsistir, da água para saciar a sede, dos vegetais e animais à sua disposição existentes que fornecem alimento, de outros meios para se abrigar das intempéries. Uma das mais marcantes características do ser humano é ser nômade, migrar conforme a abundância ou escassez de recursos de subsistência, ir ou permanecer conforme as necessidades naturais da vida, sem nenhum laço de fixação em qualquer lugar.

Ser solitário não é característica humana e até mesmo para proteção comum, desde os primórdios, o homem tende a viver em grupo. Se duas ou mais pessoas se aproximam, entre si, firmam pretensões e obrigações mútuas, umas em relação às outras e vice-versa. O convívio tende sempre a limitar a liberdade natural, de modo que possa haver harmonia na convivência e, exatamente aí, surge o ponto de migração da liberdade natural para a chamada liberdade civil. Em grupo, uns protegendo os outros, administrando-se de forma racional e inteligente, podem os homens produzir abundantemente recursos de subsistência e se fixar em territórios.

A liberdade natural passa a dar espaço à liberdade social, os valores e os princípios então passam a se sedimentar dentre os indivíduos, que socialmente se organizam. Somente após a liberdade social é possível se falar no direito do primeiro ocupante e no direito de posse e, de consequência, no direito de propriedade, esta constituída por título positivo.

Rousseau firma seu posicionamento sobre a liberdade do homem tratando da chamada liberdade moral, que decorre da liberdade civil, defendida por ele como “única a tornar o homem verdadeiramente senhor de si mesmo”² que, em contraponto à liberdade natural, tem esta como verdadeira escravidão.

¹ ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Do Contrato Social**, tradução de Lourdes Santos Machado, Os Pensadores, vol. I, São Paulo: ed. Nova Cultural, 1997, p. 77-78.

² ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Do Contrato Social**, tradução de Lourdes Santos Machado, Os Pensadores, vol. I, São Paulo: ed. Nova Cultural, 1997, p. 78.

A seguir, Rousseau apresenta ganho superior àquela liberdade natural aparentemente perdida, dizendo: “o que com ele ganha é a liberdade civil e a propriedade de tudo que possui”³, o que demonstra materialmente fatores positivos resultantes da liberdade social.

Sobre o direito de propriedade, ao comentar Rousseau, afirma Sahd:

Em última instância, a propriedade privada só é uma propriedade quando a usurpação inicial transforma-se “num verdadeiro direito”, e isso só é conseguido através do contrato, a “base de todos os direitos”, firmado por cada um dos membros da comunidade.⁴

Em outras palavras, o homem se fixa em determinado lugar, ocupa-o de forma exclusiva, e esta ocupação só se convolará em direito de propriedade após o seu reconhecimento pelos demais membros da comunidade, o que implicará título positivo, passando assim a existir, além da relação de fato, relação jurídica entre o indivíduo e seus bens.

Nas palavras finais transcritas Rousseau manifesta que “poder-se-ia, a propósito do que ficou acima, acrescentar à aquisição do estado civil a liberdade moral, única a tornar o homem verdadeiramente senhor de si mesmo”⁵, o que enfatiza a importância da espiritualização do homem ao demonstrar que só a liberdade moral é capaz de transmitir a sensação de liberdade plena. Na vida civil, o homem desenvolve valores como a honra e virtudes como a bondade e a caridade, que formam pilares da liberdade moral, tornando-o importante como membro do ente coletivo.

Sobre o homem em gozo de sua liberdade natural em migração para a liberdade, social Salinas Fortes comenta:

Rousseau não procedeu a uma investigação abstrata sobre os atributos que constituem o homem. Ele interpretou a evolução desde os primórdios da humanidade até os dias de hoje. O que interessa desvendar é a lógica própria ao desenvolvimento dos homens através de sua história. Trata-se de uma investigação “arqueológica”, que buscará reconstituir estágios perdidos na evolução do homem para definir como era ele em seus primórdios e como teriam ocorrido as alterações. Teremos a reconstituição dinâmica e dramática que oporá um “estado de natureza” a um “estado de sociedade” e recriará

³ ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Do Contrato Social**, tradução de Lourdes Santos Machado, Os Pensadores, vol. I, São Paulo: ed. Nova Cultural, 1997, p. 77.

⁴ SAHD, Luiz Felipe Netto de Andrade e Silva. **Rousseau e a Administração dos Bens**. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31732003000100007&lang=pt. Acesso em: 01 out. 2017.

⁵ ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Do Contrato Social**, tradução de Lourdes Santos Machado, Os Pensadores, vol. I, São Paulo: ed. Nova Cultural, 1997, p. 78.

imaginariamente os sucessivos cenários intermediários que conduziram de um termo a outro.⁶

O autor *Do contrato social* formulou hipótese sobre o homem em sua origem para descrever a passagem para a liberdade civil, a única verdadeiramente conhecível. No estado de natureza, Rousseau considera o homem um ser primitivo, que vive isolado e que é bom, dada a simplicidade de sua existência. Sobre esta bondade, é importante discorrer, pois não há moralidade no estado de natureza, portanto, o bom e o mal não existiam. Faltava-lhe consciência moral. Pissarra observa que “existiam apenas as necessidades físicas – alimentação, repouso e reprodução. No estado de natureza, o homem não podia despertar paixões porque não tinha conhecimento para despertá-las em si”⁷, isto é, na sua vida simples e nômade, os valores sociais e morais não eram percebidos, pois sobreviver era imperativo. Ao homem só importava o que era fisicamente utilizável e também transitório.

Em relação ao estado civil do homem, bem como o ganho decorrente com a nova liberdade, Carvalho explica:

Para Rousseau, ao passar para o estado civil o homem muda radicalmente sua conduta que no estado de natureza era voltada para a satisfação dos seus instintos fisiológicos. O estado civil introduz a noção de justiça e de moralidade como norteadores de conduta. O homem é chamado a sair de si mesmo e começa a exercitar a razão, suas habilidades são multiplicadas com o exercício da racionalidade.

[...]

Para que não haja engano a respeito dessas compensações, importa distinguir entre a liberdade natural, que tem por limites apenas as forças do indivíduo, e a liberdade civil que é limitada pela vontade geral, e ainda entre a posse, que não passa de efeito da força ou do direito do primeiro ocupante, e a propriedade, que só pode fundar-se num título positivo.⁸

Neste cenário, observa-se os ganhos decorrentes da liberdade civil, a noção de justiça e de moralidade, o exercício da racionalidade, além do que Rousseau explicitamente havia mencionado quanto ao título positivo de propriedade. Em decorrência da evolução na convivência social, observa-se ainda que a posse ou

⁶ FORTES, Luiz R. Salinas. **O Bom Selvagem**. Disponível em: <https://www.passeidireto.com/arquivo/20279658/o-bom-selvagem---luiz-r-salinas-fortes>. Acesso em: 18 set. 2017, p. 21.

⁷ PISSARRA, Maria Constança Peres. **Rousseau: a Política Como Exercício Pedagógico**. São Paulo: Moderna, 2002, p. 48-49.

⁸ CARVALHO, Carla Bianca Vasconcelos Accioly de. **O Iluminismo e o Contrato Social em Rousseau: Reflexões Sobre a Democracia**. Campinas: Pontes, 2003, p. 59.

primeira ocupação é a relação de fato entre o sujeito e a coisa, enquanto que da propriedade, no contexto de justiça e moralidade, passa a haver uma relação jurídica entre tal sujeito e a coisa.

Havendo a multiplicação das habilidades do homem na liberdade social, como observou bem como noções de justiça e moralidade, o indivíduo passa também a ser agente de controle diante da 'vontade geral', pois o concurso de 'vontades particulares' diante dela resultarão em situações de antagonismo, o que será oportunamente tratado.

Diante do exposto e em relação ao posicionamento filosófico de Rousseau, é possível extrair que a perda da liberdade natural, o ganho da liberdade civil e a amplitude da autoridade manifestada pela liberdade moral são fatores que levam à compreensão de que a liberdade natural é verdadeiramente escravidão, bem como à questão de que o cumprimento de normas e o sacrifício individual em prol do social trazem a verdadeira liberdade, que é a moral, pois somente com esse exercício de inteligência é possível captar o verdadeiro sentido do objeto do pacto social.

2.2. Da Família

A família, como primeira sociedade, está intimamente ligada ao surgimento, formação e existência do homem, daí a necessidade de entendimento do quanto influenciou como requisito essencial em *Do contrato social*, bem como das relações interpessoais e intergrupais.

Como requisito primordial das sociedades, sobre a família, Rousseau assim discorreu:

A mais antiga de todas as sociedades, e a única natural, é a da família; ainda assim só se prendem os filhos ao pai enquanto dele necessitam para a própria conservação. Desde que tal necessidade cessa, desfaz-se o liame natural. Os filhos, isentos da obediência que devem ao pai, e este, isento dos cuidados que deve aos filhos, voltam todos a ser igualmente independentes. Se continuam unidos, já não é natural, mas voluntariamente, e a própria família só se mantém por convenção.

Essa liberdade comum é uma consequência da natureza do homem. Sua primeira lei consiste em zelar pela própria conservação, seus primeiros cuidados são aqueles que deve a si mesmo, e, assim que alcança a idade da razão, sendo o único juiz dos meios adequados para conservar-se, torna-se, por isso, senhor de si.

A família é, pois, se assim se quiser, o primeiro modelo das sociedades políticas; o chefe é a imagem do pai; o povo a dos filhos, e todos, tendo nascido iguais e livres, só alienam sua liberdade em proveito próprio. A diferença toda está em que, na família, o amor do pai pelos filhos o paga pelos cuidados que lhes dispensa, enquanto no Estado, o prazer de mandar substitui tal amor, que o chefe não dedica a seus povos.⁹

De início Rousseau destaca, em sua obra, o vínculo natural e biológico da família, assim como em outras espécies animais. A ligação dos filhos com os pais parece existir apenas em face das necessidades biológicas, cujo laço se dissolve tão logo os filhos atinjam a maturidade mínima de autonomia de subsistência.

Porém se a união persiste após o período de vínculo natural e biológico, tal ligame se dá por convenção e por conveniência mútua. Com esse esclarecimento, Rousseau demonstra, de forma filosófica, a profunda diferença da espécie humana de outras espécies animais. A partir daí, fica claro que o homem tem natureza política e social.

Desta maneira, fica explícito o entendimento de que as sociedades políticas se espelham na estrutura da família; a limitação da liberdade natural se torna conveniente pela utilidade da vida em grupo e do auxílio mútuo, cujo patriarca continua liderando sua prole em razão do amor e dedicação pelos descendentes, enquanto que nas sociedades, o prazer de comandar vem em substituição do amor paternal.

Assim, os rumos que as sociedades políticas tomam, a prosperidade e a fartura materializam o sucesso daquele que a chefia, alcançando desta forma, um sentimento análogo ao decorrente da família, a qual prepara os filhos para uma vida de realizações e de conforto.

Acerca de considerações sobre a família, como sociedade natural, defendida por Rousseau, Domingos afirma:

Nesse percurso que vai da união natural à união voluntária da família, encontramos o segundo aspecto que nos permite considerar a família como sociedade natural. Trata-se da formação da linguagem e, por conseguinte, do desabrochar do pensamento. A linguagem surge, assim, como um instrumento de comunicação que prepara a sociabilidade e introduz a moralidade na ação humana.¹⁰

⁹ ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Do Contrato Social**, tradução de Lourdes Santos Machado, Os Pensadores, vol. I, São Paulo: ed. Nova Cultural, 1997, p. 56.

¹⁰ DOMINGOS, Emídio da Veiga. **Sociabilidade e Comunicação em Jean-Jacques Rousseau**. Porto Alegre: ed. Movimento, 1989, p. 28.

Outro ponto importante no pensamento do filósofo francês é a questão da comunicação para a formação e perpetuação da sociedade organizada. Este aspecto é de fundamental importância, pois esta se firma sobremaneira na linguagem que se sedimenta ainda no convívio familiar, propagando-se para outros grupos familiares e posteriormente para o Estado. Daí ser a família o primeiro modelo de sociedade, viabilizando, especialmente, a comunicação entre seus integrantes.

Sobre a família como a primeira sociedade Derathé explica:

A família e o Estado são dois tipos diferentes de sociedade, os quais é impossível dirigir à unidade: uma tem seu fundamento na natureza, e outra, nas convenções.

[...]

Em resumo, a autoridade paternal está fundada na natureza enquanto as crianças tiverem necessidade da proteção de seus pais para se conservar, mas, para além desse termo, ao se tornarem homens, essa autoridade só subsiste com seu consentimento e por meio de um pacto. Portanto, ela só se transforma em autoridade política quando muda de natureza, e então não constitui mais exceção à regra geral.¹¹

Ainda sobre a família, como sociedade natural, cabe dizer que jamais ela perdeu tais características, enquanto os filhos não têm condição de agir e tomar suas próprias decisões e, ainda, subsistir por meios próprios, mantém o laço natural com os pais e isso ocorre desde os primórdios até os dias atuais. Mas, superada a fase do laço natural, se a associação entre pais e filhos subsiste, estes aceitando a autoridade e o governo de seu patriarca, surge então o laço político e a sociedade será convencional e não natural. Os esclarecimentos do comentador em questão vêm reforçar o pensamento de Rousseau, que, na família, surge a primeira sociedade e que também, na sua organização, se espelha o Estado para a sua estrutura e organização política.

Com essas demonstrações, Rousseau, ao comparar a família ao Estado e o governante ao pai, expôs sua visão premente em *Do contrato social*, bem como delineou a base filosófica do seu trabalho, buscou, na família, o primeiro modelo de sociedade política de sucesso, pois os laços naturais evoluíram para os convencionais; a renúncia a determinados interesses individuais com a limitação da liberdade natural, trouxeram vantagens outras decorrentes da união de interesses e perspectivas, pois a disciplina paternal sedimentou em convenções interpessoais e políticas.

¹¹ DERATHÉ, Robert. **Rousseau e a Ciência Política de Seu Tempo**, São Paulo: ed. Barcarolla, 2009, p. 286.

2.3. Sobre o Amor de Si, a Piedade e o Amor-Próprio

Destacando o '*Discurso Sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens*', Rousseau, precursor *Do Contrato Social*, colabora na explicação da formação das primeiras sociedades e o posicionamento dos homens dentro delas, com suas virtudes e vícios. oportunamente abordada a discussão sobre o antagonismo entre a *vontade particular* e a *vontade geral*, o objeto do presente tópico terá singular importância, pois a *desigualdade entre os homens* é uma das mais importantes causas de conflito entre o público e o privado.

No seu segundo discurso, Rousseau trata do objeto deste breve tópico do trabalho presente, nele expressando sobre 'o amor de si', que "o primeiro sentimento do homem foi o de sua existência, sua primeira preocupação a de sua conservação"¹², ou seja, imediatamente ligada à razão está a necessidade da própria conservação.

Caracterizando o comportamento do homem no estado de natureza ligado ao amor de si mesmo, o autor ainda explica o seguinte:

Em cada animal vejo somente uma máquina engenhosa a que a natureza conferiu sentidos para recompor-se e por si mesma e para defender-se, até certo ponto, de tudo quanto tende a destruí-la ou estraga-la. Percebo as mesmas coisas na máquina humana, com a diferença tudo fazer sozinha a natureza nas operações do animal, enquanto o homem executa as suas como agente livre. Um escolhe ou rejeita por instinto, e o outro, por um ato de liberdade, razão porque o animal não pode desviar-se da regra que lhe é prescrita, mesmo quando lhe fora vantajoso fazê-lo, e o homem, em seu prejuízo, frequentemente se afasta dela.¹³

Essa consciência humana, capaz de distinguir as atitudes do homem das dos animais, dada a sua condição de ser racional, que Rousseau define como liberdade natural, retrata o amor de si mesmo, capaz de evitar com que se exponha a situações desvantajosas ou de perigo, mas de forma natural e simples.

Levando-se em conta que até mesmo para a perpetuação da espécie, desde os primórdios a interação humana se fez presente e, dentro da simplicidade da

¹² ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Discurso sobre a Origem e os Fundamentos da Desigualdade Entre os Homens**, tradução de Lourdes Santos Machado, Os Pensadores, vol. II. São Paulo: ed. Nova Cultural, 1999, p. 87.

¹³ ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Discurso sobre a Origem e os Fundamentos da Desigualdade Entre os Homens**, tradução de Lourdes Santos Machado, Os Pensadores, vol. II. São Paulo: ed. Nova Cultural, 1999, p. 64.

liberdade natural, o homem refletiu o amor de si mesmo em outrem através da piedade, como retrata o autor com a seguinte assertiva: “certo, pois a piedade representa um sentimento natural que, moderando em cada indivíduo a ação do amor de si mesmo, concorre para a conservação mútua de toda a espécie”¹⁴. Daí a piedade é tida como sentimento natural, conseqüente do amor de si mesmo por parte do homem.

Em face disto, é válido dizer que tal pensamento é instigante e é também o elo natural demonstrado por Rousseau entre o amor de si e a piedade, sendo esta como reguladora daquele, dada a necessidade de o homem valorizar sua própria existência refletindo-a em outro ente de sua espécie.

Ao argumentar sobre o pensamento de Rousseau, relacionado ao amor de si, Derathé diz:

O primitivo basta-se a si mesmo, ele dispensa facilmente a assistência de seus semelhantes, ele não experimenta nenhum desejo pela vida em sociedade, que, aliás, ele é absolutamente incapaz de conceber. Enquanto vive no isolamento, ele não aspira de modo algum à vida social, dela não sente, de modo algum, necessidade.¹⁵

O indivíduo primitivo, ao bastar-se a si mesmo, não implica ser aquele agente que tudo pode e que tudo consegue, mas se sua vida está voltada simplesmente ao objetivo de obter abrigo e alimento, além das suas necessidades fisiológicas, não há por que se envolver com outrem, pois nada acrescentará à sua liberdade natural.

No mesmo sentido, sobre o amor de si mesmo, diz Carvalho:

O Direito Natural, vigente no estado de natureza possui para Rousseau dois fundamentos que são o instinto de conservação de si mesmo e a piedade. O homem primitivo não conhece a bondade e portanto desconhece a maldade.
[...]
Ele busca a satisfação de suas necessidades na natureza que lhe é bastante generosa e não na guerra com os outros. Reforça o pensamento de não agressividade por nutrir o sentimento de piedade que neutraliza sentimentos hostis.
[...]
Para Rousseau a piedade não é uma virtude apreendida, ele observa que, os próprios animais são piedosos, pois, sentem-se incomodados ao verem outros sofrerem.
[...]

¹⁴ ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Discurso sobre a Origem e os Fundamentos da Desigualdade Entre os Homens**, tradução de Lourdes Santos Machado, Os Pensadores, vol. II. São Paulo: ed. Nova Cultural, 1999, p. 78-79.

¹⁵ DERATHÉ, Robert. **Rousseau e a Ciência Política de Seu Tempo**. São Paulo: ed. Barcarolla, 2009, p. 226.

O homem primitivo vive para si, portanto, conceitos como beleza e inteligência superior, que são frutos de comparação, não existem para ele.¹⁶

Já em relação à 'Bondade', esta é a faculdade moral inerente a quem vive em comum com outras pessoas, em contradição com a maldade que é a hostilidade em relação a outrem, também em vida em comum. Se o homem primitivo tem por característica ser nômade e isolado, há de não conhecer tal virtude ou vício. A piedade, por sua vez, na visão do pensador e na interpretação da comentadora, é faculdade inata, pois qualquer animal, mesmo irracional, está sujeito a se incomodar com o sofrimento de outro. As comparações são irrelevantes para o homem primitivo, uma vez que sua tendência solitária a torna inexistente.

Sobre a 'Piedade', Machado interpreta que: "ao conceber a existência de uma piedade natural, repugnância inata por ver sofrer seu semelhante, Rousseau a defende como impulso natural, incoercível, irracional, amoral"¹⁷ o que complementa o comentário anterior, pois se refere à condição de qualquer animal irracional, mas como importante limitador da violência.

Em explicação sobre a 'Piedade', Rolland afirma:

A comiseração será tanto mais enérgica, quanto mais intimamente se identificar o animal espectador com o animal sofredor. Ora, é evidente que esta identificação deve ser infinitamente mais estreita no estado de natureza do que no estado racional.

[...]

É pois bem certo que a piedade é um sentimento natural que, moderando em cada indivíduo a atividade do amor de si próprio concorre para a conservação mútua de toda espécie. É ela que nos leva, sem reflexão, a socorrer aqueles que sofrem, é ela que no estado de natureza faz leis, costumes e virtudes, com a vantagem de que ninguém procura desobedecer à sua doce voz.¹⁸

A presença mais significativa da 'Piedade', quando existir maior identidade entre o animal espectador e o animal sofredor, explica bem o pensamento de Rousseau, visto que, como demonstra o pensador, ela é o principal inibidor do amor de si mesmo a fim de que a espécie se preserve. Isto em toda espécie animal, não havendo que ser diferente no homem em seu estado de natureza.

¹⁶ CARVALHO, Carla Bianca Vasconcelos Accioly de. **O Iluminismo e o Contrato Social em Rousseau: Reflexões Sobre a Democracia**. Campinas: Pontes, 2003, p. 55-56.

¹⁷ MACHADO, Lourival Gomes. **Homem e Sociedade na Teoria Política de Jean-Jacques Rousseau**. Boletim nº 198, Política nº 2, São Paulo: USP, 1956, p. 42.

¹⁸ ROLLAND, Romain. **O Pensamento Vivo de Rousseau**, tradução de J. Cruz Costa. São Paulo: Martins, 1951, p. 58-59.

Já a questão do amor-próprio é demonstrada por Rousseau, em sentido diametralmente oposto ao do amor de si mesmo, que é tratado de forma virtuosa e relacionado à liberdade natural, enquanto que aquele é visto como um dos principais vícios do homem em gozo da liberdade social.

Em análise sobre a origem da desigualdade entre os homens Rousseau retrata o vício do amor-próprio conforme a seguir:

Assim que os homens começaram a apreciar-se mutuamente e se lhes formou no espírito a idéia de consideração, cada um pretendeu ter direito a ela e a ninguém foi mais possível deixar de tê-la impunemente. Saíram daí os primeiros deveres de civilidade, mesmo entre os selvagens, e por isso toda afronta voluntária tornou-se um ultraje porque, junto com o mal resultava da injúria ao ofendido, este nela via desprezo pela sua pessoa, frequentemente mais insuportável do que o próprio mal. Eis como, cada um punindo o desprezo que lhe dispensavam proporcionalmente à importância que se atribuía, as vinganças tornaram-se tremendas e os homens sanguinários e cruéis.¹⁹

Como é possível, o amor-próprio, na visão de Rousseau, está intimamente ligado à liberdade social e é tido como um dos principais vícios relacionados a ela, podendo até ser interpretado como manifestação do egoísmo em sua pior forma. A necessidade de se destacar entre os demais e por estes ser valorizado, impinge no homem de sociedade esse sentimento distorcido de valorização que o pensador denominou amor-próprio.

O posicionamento de Rousseau ora demonstrado foi alvo de críticas em sua época, pois ia de encontro a dogmas religiosos, especialmente a doutrina do pecado original. Cassirer retrata os fatos e, sobre o dilema, discorre o seguinte:

Para Rousseau, a solução desse dilema reside em deslocar a responsabilidade para um ponto no qual ninguém antes dele jamais a procurou – em criar de certo modo um novo sujeito da responsabilidade, da “imputabilidade”. Este sujeito não é o indivíduo isolado, mas a sociedade humana. O indivíduo em si, tal como saiu das mãos da natureza, encontra-se ainda fora da oposição entre o bem e o mal. Ele se abandona ao seu instinto natural de auto conservação e é guiado pelo “amour de soi”, mas esse amor por si mesmo jamais degenera em amor-próprio (“amour propre”) que se compraz em oprimir os outros e que só assim pode se satisfazer. O amor-próprio, que contém a causa de toda a perversão futura e cria no homem a sede de poder e a vaidade, torna-se um peso exclusivamente para a sociedade. É ele que faz os homens se tornarem tiranos contra a natureza e tiranos contra si próprios. Desperta neles necessidades e paixões que o homem natural não conheceu e, ao mesmo tempo, coloca em suas mãos meios sempre novos para satisfazê-lo sem

¹⁹ ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Discurso sobre a Origem e os Fundamentos da Desigualdade Entre os Homens**, tradução de Lourdes Santos Machado, Os Pensadores, vol. II, São Paulo: ed. Nova Cultural, 1999, p. 92.

nenhum limite e consideração. A paixão de fazer falar de si; o fervor em destacar-se dos outros: isto tudo nos mantém continuamente distantes de nós mesmos e nos leva, de certo modo, para fora de nós.²⁰

Na mesma linha de raciocínio Ruzza corrobora o comentário de Cassirer, porém, sobre a interpretação que este faz do pensamento de Rousseau, observa:

Nos parece que Cassirer está preocupado somente com a moral cívica, que fornece os critérios para ser um bom cidadão e, nesse caso, nada melhor do que o recurso à razão que lhe fornece os critérios para entender o bem comum e a necessidade de respeitar as leis, porque, ao contrário dos sentimentos que separam os homens, a razão os une. Entretanto, existe também uma moral que norteia certas atitudes e comportamentos individuais na comunidade.²¹

Na realidade, o que se tem é a análise de que Rousseau mexeu com os valores da sua época, pois trouxe visão não dogmática do homem, tratou da liberdade existente em situação anterior às complexas sociedades, voltada primordialmente à mera subsistência e sobrevivência, tanto do indivíduo, quanto da espécie. Demonstrou não se tratar de animalidade, mas de liberdade e que a piedade é qualidade natural e não adquirida. Por fim, a sociedade como é hoje conhecida, tem como um dos principais adversários o amor-próprio, sinônimo de egoísmo e vaidade, que maculam a liberdade social e moral.

Após estudo e entendimento relativo ao *Do contrato social*, conforme o pensamento de Rousseau, bem como sobre a ‘vontade geral e a vontade particular’, a serem abordados no segundo capítulo deste trabalho, será retomada a questão do ‘amor-próprio’ como importante causa de antagonismo entre as duas vontades e objeto de graves desavenças, oportunidade em que a discussão sobre o tema será adequadamente abordada.

2.4. Das Sociedades Políticas

Assim como as famílias, cuja estrutura hierárquica tem os pais como ápice, quaisquer sociedades distintas terão os seus dirigentes, sendo necessário demonstrar

²⁰ CASSIRER, Ernst, **A Questão Jean-Jacques Rousseau**, tradução Erlon José Paschoal e Jézio Gutierrez. São Paulo: ed. UNESP, 1999, p. 73-74.

²¹ RUZZA, Antonio, **Rousseau e a Moralidade Republicana no Contrato Social**. São Paulo: ed. Annablume, 2010, p. 44.

como são estruturadas politicamente, especialmente na interpretação de Jean-Jacques Rousseau.

Destaca-se daí a abordagem do autor em referência quanto à escolha do rei por parte do povo: “Antes, pois, de examinar o ato pelo qual um povo elege um rei, conviria examinar o ato pelo qual o povo é povo, pois esse ato, sendo necessariamente anterior ao outro, constitui o verdadeiro fundamento da sociedade”²².

Enquanto a família se forma em decorrência de fenômenos biológicos, nos quais os filhos são concebidos pelos pais, cujas convenções vão se constituindo e se consolidando a partir do vínculo natural, as sociedades políticas se formam a partir de convenções unitárias ou grupais, entre indivíduos ou famílias, coexistindo grandes somas de pessoas.

A sociedade organizada é referida por Rousseau ‘como povo’, cabendo a este escolher o seu governante. Eis aí o grande ponto do pensamento filosófico de Rousseau, ‘porque um povo é povo’, mesmo sem explicitar o autor deixou claro que, somente após organização política e social, a sociedade política estará apta a escolher o seu governante, isto é, o seu *rei*.

Assim, é possível se chegar ao entendimento de que as sociedades políticas para ser consideradas como tal, espelhando-se na família, haverão de se organizar, estabelecer de maneira formal suas convenções e harmonizar suas relações pacificamente, daí então estarão aptas a escolher ‘seu rei’, pois haverá ‘identidade de povo’ em tais sociedades.

Logo, a sociedade deverá ter um mínimo preparo para ter condição de bem escolher o seu governante, caso contrário fracassará e as consequências serão desastrosas para os seus integrantes.

Desta, forma, a compreensão do pensamento de Rousseau sobre as sociedades políticas é de fundamental importância para o desenvolvimento deste trabalho, pois o entendimento do homem como homem, como também do homem como ente social, político e moral, servirá de alicerce para a análise e discussão da problemática da pesquisa.

²² ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Do Contrato Social**, tradução de Lourdes Santos Machado, Os Pensadores, vol. I, São Paulo: ed. Nova Cultural, 1997, p. 68.

2.5. Do Fenômeno da Sociabilidade

Em razão de suas necessidades naturais de subsistência, defesa e preservação da vida, o homem, mesmo com toda a sua individualidade e interesses estritamente pessoais, mantém-se unido a outros homens, o que resulta na existência do corpo coletivo, chamado sociedade.

Essa questão, de necessidades da vida, deve ser e é considerada fenômeno, pois mesmo os homens mais individualistas, que têm dificuldade de abrir mão da liberdade natural, por razões de segurança e sobrevivência, ainda assim acabam cedendo ao organismo coletivo, isto é, viver em sociedade será ato voluntário ou por motivos outros, mas sempre será necessidade humana.

Em reforço a esta posição 'Nascimento', ao comentar Rousseau, afirma que "simplesmente na transformação do homem do estado de natureza, pautado tão somente pelo seu interesse particular, em cidadão, o novo homem que coloca o interesse comum acima dos particulares."²³ Ora, 'o novo homem' que integra o corpo coletivo passa a ser chamado de 'cidadão', que significa: "indivíduo no gozo dos direitos civis e políticos de um Estado, ou no desempenho de seus deveres para com este."²⁴ A definição, por si só, é explicativa, pois trata dos direitos civis e políticos, o que está explicado no ganho de liberdade civil, segundo Rousseau, sem deixar de considerar as obrigações perante o corpo coletivo.

Deste modo, a condição necessária para integrar o homem ao corpo coletivo reside na necessidade de mudança de comportamento, daí prossegue Nascimento: "só mesmo uma reforma dos costumes apresentará as condições que permitirão convencer aquele indivíduo, que se guiava apenas pelo seu interesse particular, a ingressar na ordem política."²⁵ O fenômeno da sociabilidade está na capacidade de o homem reformar costumes, o que refletirá na assimilação dos valores e princípios sociais e esse processo implicará ingresso na ordem política.

²³ NASCIMENTO, Milton Meira do. **A Vontade Geral e o Princípio da Equidade**, disponível em: <http://www.revistas.usp.br/cefp/article/view/56558>, p. 9. Acesso em: 5 jul. 2016.

²⁴ **Dicionário de Português** (livro eletrônico). Copyright 2005–2015 Apple Inc.

²⁵ NASCIMENTO, op. cit., p. 9.

Ainda com relação a este fenômeno, há de ser considerado que o indivíduo não se desprenderá de toda a sua vontade particular, que o corpo coletivo haverá de valorizá-la e preservá-la, até mesmo para que este último sobreviva.

Ao discorrer sobre o pacto social Rousseau deixou clara essa situação como requisito imperativo, ou seja:

As cláusulas desse contrato são de tal modo determinadas pela natureza do ato, que a menor modificação as tornaria vãs e de nenhum efeito, de modo que, embora talvez jamais enunciadas de maneira formal, são as mesmas em toda a parte, e tacitamente mantidas e reconhecidas em todos os lugares, até quando, violando-se o pacto social, cada um volta a seus primeiros direitos e retoma sua liberdade natural, perdendo a liberdade convencional pela qual renunciara àquela.²⁶

Enfim, pelo pacto social o corpo coletivo protegerá o indivíduo, preservará sua liberdade civil, bem como garantirá a posse, a propriedade e a cidadania e este, por sua vez, envidará todos os seus esforços em prol daquele, de modo que a sociedade prospere e se desenvolva. As cláusulas do pacto surgem naturalmente e o seu cumprimento deve se dar com a mesma naturalidade, pois uma vez violado o pacto, o corpo coletivo fica seriamente comprometido. Sobre *Do contrato social*, haverá análise mais acurada no capítulo segundo deste trabalho.

2.6. Do Direito do Mais Forte e da Escravidão

Ao discorrer sobre o que denomina ‘direito do mais forte’, Rousseau questiona se realmente se pode chamar de direito o que resulta da aplicação de força, o que chama a atenção para análise desse pressuposto antecedente ao *Do contrato social*, sem esquecer que também será de grande influência à problemática a ser analisada neste trabalho.

Como consequência do domínio pela força, ao tratar da questão, o autor expõe o principal risco dos dominantes em face de seus subjugados, *verbis*:

O mais forte nunca é suficientemente forte para ser sempre o senhor, senão transformando sua força em direito e a obediência em dever. Daí o direito do mais forte — direito aparentemente tomado com ironia e na realidade estabelecido como princípio. Jamais alcançaremos uma explicação dessa palavra? A força é um poder físico; não imagino que

²⁶ ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Do Contrato Social**, tradução de Lourdes Santos Machado, Os Pensadores, vol. I, São Paulo: ed. Nova Cultural, 1997, p. 70.

moralidade possa resultar de seus efeitos. Ceder à força constitui ato de necessidade, não de vontade; quando muito ato de prudência. Em que sentido poderá representar um dever?²⁷

A história registra que o mais forte sempre dominou o mais fraco, seja em decorrência das guerras, seja por outros meios, como a exploração econômica. Porém a manutenção do domínio decorre de estratégias de convivência. Quando os homens interagem com outros e para que haja harmonia, é preciso que se tenha limitação na liberdade, o que Rousseau denominou 'liberdade natural'. Essa limitação é denominada 'direito', termo muito usado como sinônimo de 'pretensão'. Na relação interpessoal aparecem a pretensão e a 'obrigação', isto é, as pessoas reciprocamente pretendem e se obrigam umas em relação às outras.

Com relação ao 'direito do mais forte', fica claro que a força se transforma em direito, ou seja, o dominante converte sua imposição em pretensão, enquanto que a obediência do subjugado é vista como dever em atender as pretensões. O autor deixa claro que dessa relação não haverá efeito moral. Prossegue em crítica de que ceder à força jamais poderá ser dever, pois sim ato de necessidade ou de prudência. Contrariar o dominante é o mesmo que por em risco a integridade ou até a vida, por parte do subjugado, pois a obediência cega evitará castigos e até torturas, daí não se poder falar simplesmente em dever.

Verifica-se que o posicionamento de Rousseau sobre o direito do mais forte traz influência do que foi ensinado por Maquiavel mais de duzentos anos antes, quando da publicação de *O Príncipe*²⁸. A mesma questão foi abordada, tanto por Rousseau,

²⁷ ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Do Contrato Social**, tradução de Lourdes Santos Machado, Os Pensadores, vol. I, São Paulo: ed. Nova Cultural, 1997, p. 14.

MAQUIAVEL, Nicolau, **O Príncipe**. Disponível em:

<http://www.culturabrasil.org/zip/oprincipe.pdf>, p. 22. Acesso em: 06 jun. 2016, *verbis*: E quem se torne senhor de uma cidade acostumada a viver livre e não a destrua, espere ser destruído por ela, porque a mesma sempre encontra, para apoio de sua rebelião, o nome da liberdade e o de suas antigas instituições, jamais esquecidas seja pelo decurso do tempo, seja por benefícios recebidos. Porquanto se faça e se proveja, se não se dissolvem ou desagregam os habitantes, eles não esquecem aquele nome nem aquelas instituições, e logo, a cada incidente, a eles recorrem como fez Pisa cem anos após estar submetida aos florentinos.

Mas quando as cidades ou as províncias estão acostumadas a viver sob um príncipe, extinta a dinastia, sendo de um lado afeitas a obedecer e de outro não tendo o príncipe antigo, dificilmente chegam a acordo para escolha de um outro príncipe, não sabem, enfim, viver em liberdade: dessa forma, são mais lerdas para tomar das armas e, com maior facilidade, pode um príncipe vencê-las e delas apoderar-se. Contudo, nas repúblicas há mais vida, mais ódio, mais desejo de vingança; não deixam nem podem deixar esmaecer a lembrança da antiga liberdade: assim, o caminho mais seguro é destruí-las ou habitá-las pessoalmente.

quanto por Nicolau Maquiavel, autor italiano do século XVI que escreveu sobre o Estado e o governo, sendo que este último foi mais contundente quanto às estratégias de pós conquista. Já o primeiro, pensou na forma de o conquistador manter o controle de maneira política. Na visão de Maquiavel, conforme a organização da sociedade conquistada não há opção outra que a sua destruição, já Rousseau demonstra que a habilidade do conquistador dará resultado independente da estrutura social do povo conquistado. Se de um lado houve a análise sobre o 'direito do mais forte', de outro houve reflexão sobre a 'questão da escravidão', onde a liberdade de um homem é tomada por outro, que se torna seu proprietário.

Neste contexto, vale lembrar que o escravo é tido como objeto ou utensílio de propriedade de seu amo, cujo valor varia conforme as habilidades que detém, sua idade e estado de saúde. O proprietário do escravo tudo pode em relação a ele, aplicando-se os elementos caracterizadores da propriedade de usar, gozar, dispor e também o direito de sequela.

Sobre a escravidão Rousseau expõe:

Renunciar à liberdade é renunciar à qualidade de homem, aos direitos da humanidade, e até aos próprios deveres. Não há recompensa possível para quem a tudo renuncia. Tal renúncia não se compadece com a natureza do homem, e destituir-se voluntariamente de toda e qualquer liberdade equivale a excluir a moralidade de suas ações.²⁹

Verifica-se de plano que na escravidão o indivíduo não dá espontaneamente a sua liberdade, esta lhe é tirada compulsoriamente por outrem mais poderoso e mais forte, a condição de escravo decorre, via de regra, de ato de violência, seja física, seja moral.

Outro aspecto importante, de um abrangência mais ampla, é a guerra. Sobre o domínio decorrente da guerra, ao interpretar o pensador, Dent considera:

Na guerra, as pessoas defrontam-se entre si como defensoras de seus próprios países, e quando as hostilidades cessam, cada uma retoma o seu caráter e posição como legítimo agente moral. A guerra não dá ao conquistador o direito de massacrar os povos conquistados; e, portanto, não pode dar-lhe o direito de escravizá-los, uma vez que, como derrotados, não servem já como defensores de sua nação.

²⁹ ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Do Contrato Social**, tradução de Lourdes Santos Machado, Os Pensadores, vol. I, São Paulo: ed. Nova Cultural, 1997, p. 62.

Pensando na relação “guerra e suas consequências” e “escravização”, as conquistas decorrentes das guerras entre os povos acabam se tornando um grande fardo para o conquistador, pois o povo derrotado não é formado só de soldados, mas de cidadãos, de mulheres, de crianças. E o preço desse domínio é gerir todas as necessidades desse povo, que estará à mercê do vencedor. Escravizar o povo vencido também traz pesado ônus, pois haverá ódio e tramas a fim de se livrar do jugo.

O homem nasce livre e, por sua própria natureza, tudo fará para permanecer livre ou reaver sua liberdade, se for tirada por outrem. Jamais haverá tranquilidade para qualquer governante que escravize qualquer povo e, quanto pior for o jugo, pior serão os atentados e os levantes dos dominados.

Se em sua posição sobre *Do contrato social*, Rousseau fixa como essência a aplicação do direito de forma igualitária, a questão da escravidão como instituto ilegítimo e antagônico ao direito, deve ser extirpada dos valores sociais, pois a completa ausência de reciprocidade só tende a macular o sucesso de qualquer pacto mútuo. Qualquer tirano que escravize determinado povo estará fadado ao fracasso como governante, a história assim registrou em inúmeras oportunidades. Tal questão, de forma oportuna, o autor qualificou de verdadeira insensatez.

A vontade do governante, que é particular, imposta ao corpo coletivo, em detrimento da ‘vontade geral’, mesmo em caso de conquistas decorrente das guerras, será objeto de oportuna discussão neste trabalho, como outra importante situação de antagonismo entre as vontades geral e particular, à luz do pensamento de Rousseau em seu *contrato social*.

Os institutos ora abordados são requisitos apontados por Rousseau, que remontam às primeiras sociedades, fundamentos relacionados à celebração do *Do contrato social*, ou seja, a renúncia do homem à liberdade natural com o ganho da liberdade social e da liberdade moral, em clara evolução nas vantagens gerais e individuais. Obviamente, a família, com sua estrutura natural está subsidiada à estrutura de sociedades mais complexas. As sociedades políticas têm papel preponderante na formação da estrutura social de sucesso, enquanto que o mais forte pelo exercício insensato e abusivo do poder, bem como a imposição de pessoas à condição de

escravos, são situações que não podem ter lugar em uma sociedade legitimamente organizada, que deva ter como princípio básico o bem comum.

3. SOBRE *DO CONTRATO SOCIAL*

As pessoas, em constante convívio familiar e interfamiliar, interagindo entre si de forma perene, formaram grupos e posteriormente comunidades e, na necessidade de relacionamento pacífico, foram estipulando, naturalmente, regras de comportamento comum. Essa situação Rousseau denominou de: *Do contrato social*, que será objeto de análise e interpretação.

Desta forma, a necessidade de defesa individual, da família e dos grupos familiares levou os homens a buscar meios de, em comum, proporcionar melhor qualidade de vida e ainda prevenir ataques e invasões de estranhos, daí o autor em estudo, Rosseau, afirmou:

Encontrar uma forma de associação que defenda e proteja a pessoa e os bens de cada associado com toda a força comum, e pela qual cada um, unindo-se a todos, só obedece contudo a si mesmo, permanecendo assim tão livre quanto antes. Esse o problema fundamental cuja solução o contrato social oferece.³⁰

Nessa questão, Rousseau já fixou o principal problema a existir, desde o início *Do contrato social*, isto é, cada indivíduo se une a todos os outros e continua obedecendo apenas a si mesmo, sendo este o elo garantidor da legitimidade de tal pacto.

Neste capítulo, a visão de Rousseau sobre *Do contrato social* e seu fundamento, onde se situa a figura do soberano, a inalienabilidade e a indivisibilidade da soberania e, ainda, os pressupostos imperativos do pacto social, com a aplicação dos dois princípios de justiça que são a liberdade e a igualdade, como principal finalidade.

3.1. Do Fundamento

Ao definir as ideias mais importantes da obra *Do contrato social*, Rousseau estabeleceu a base do primeiro convênio, condição imperativa para a sua validade e sua manutenção, então há, a necessidade de estudar o fundamento que irá sedimentar as bases do pacto duradouro e sólido.

³⁰ ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Do Contrato Social**, tradução de Lourdes Santos Machado, Os Pensadores, vol. I, São Paulo: ed. Nova Cultural, 1997, p. 69/70.

Mesmo firmado de forma tácita, sem formalização de cláusulas ou condições expressas em algum instrumento escrito, o pacto social, na visão do autor, assim se aperfeiçoa:

As cláusulas desse contrato são de tal modo determinadas pela natureza do ato, que a menor modificação as tornaria vãs e de nenhum efeito, de modo que, embora talvez jamais enunciadas de maneira formal, são as mesmas em toda parte, e tacitamente mantidas e reconhecidas em todos os lugares, até quando, violando-se o pacto social, cada um volta a seus primeiros direitos e retoma sua liberdade natural, perdendo a liberdade convencional pela qual renunciara àquela.

Essas cláusulas, quando bem compreendidas, reduzem-se todas a uma só: a alienação total de cada associado, com todos os seus direitos, à comunidade toda, porque em primeiro lugar, cada um dando-se completamente, a condição é igual para todos, e, sendo a condição igual para todos, ninguém se interessa por torná-la onerosa para os demais.³¹

De acordo com a colocação da citação acima, é possível verificar que Rousseau defendeu o fato de não haver nenhuma necessidade de qualquer solenidade para a celebração *Do contrato social*, que surge naturalmente do comportamento de cada membro da sociedade e, de boa-fé, aliena todos os seus direitos em favor da comunidade e esta, por sua vez, proporcionará, igualmente, benesses a todos os seus integrantes, de modo a atender as suas pretensões individuais, e tal não tornará qualquer prestação onerosa a ninguém.

Desde o início da obra, o autor deixa claro que qualquer violação ao pacto, de qualquer natureza, resultará no retorno do homem à liberdade natural, perdendo, aí, a liberdade convencional ou social.

A definição Rousseau determina todo o fundamento do pacto social, veja-se:

Enfim, cada um dando-se a todos não se dá a ninguém e, não existindo um associado sobre o qual não se adquira o mesmo direito que se lhe cede sobre si mesmo, ganha-se o equivalente de tudo que se perde, e maior força para conservar o que se tem.³²

É interessante o impacto desse raciocínio, pois o indivíduo, ao se dar a todos, também não se dá a ninguém, o que aparentemente haveria de se perder é ganho, com muito mais força, para conservar o que individualmente é seu. A correta

³¹ ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Do Contrato Social**, tradução de Lourdes Santos Machado, Os Pensadores, vol. I, São Paulo: ed. Nova Cultural, 1997, p. 70.

³² ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Do Contrato Social**, tradução de Lourdes Santos Machado, Os Pensadores, vol. I, São Paulo: ed. Nova Cultural, 1997, p. 70/71.

interpretação dessa lição será obtida ao se comparar o fundamento do pacto social com a liberdade natural.

O homem em sua liberdade natural só conhece o que a natureza, física e biologicamente lhe é capaz de proporcionar, dentro de individualidade decorrente do isolamento ignorante. A liberdade social implica em usufruir do esforço comum de todos os homens que socialmente convivem, da permuta de bens e oportunidades e da ampliação do universo da liberdade natural, sendo que o indivíduo respeitará o que é comum e a comunidade respeitará o que é do indivíduo, daí a demonstração que Rousseau faz do ganho que se proporciona.

Sobre o fundamento *Do contrato social*, Robert Derathé interpreta Rousseau dizendo:

É por isso que ele pôde, sem se contradizer, conferir alternadamente ao corpo político, como seu fundamento, a *utilidade comum* e o *contrato social*. A primeira é o fundamento psicológico da união, o que a torna possível, enquanto o segundo é o fundamento jurídico da autoridade política, o que a torna legítima.³³

Conforme transcrito acima, Rousseau ressaltou a desnecessidade de instrumentalização *Do contrato social*, que se constitui de forma tácita e, como fundamento Derathé o explica na ‘utilidade comum’, pois esta pereniza e dá robustez ao pacto social, isto é, o que denomina de fundamento psicológico é o interesse, a vontade de cada indivíduo, enquanto que o fundamento jurídico é a exteriorização do interesse, que se dá através de atos em concreto, mantendo vivo o corpo político.

A forma de surgimento *Do contrato social*, apresentada por Rousseau, é interpretada por Norberto Bobbio e Michelangelo Bovero de forma imediata, isto é, “a instituição do corpo político, na qual Rousseau vê a transformação dos muitos ‘eu’ no único ‘eu comum’, ocorre instantaneamente, já que a associação de cada um com todos os outros e a submissão de cada um a todos são um único e mesmo ato”³⁴.

Se de um lado Rousseau ressaltou o caráter tácito *Do contrato social*, Bobbio e Bovero, por sua vez, interpretando-o, enfatizaram a transformação do individual em

³³ DERATHÉ, Robert. **Rousseau e a Ciência Política de Seu Tempo**. São Paulo: ed. Barcarolla, 2009, p. 261.

³⁴ BOBBIO, Norberto, e BOVERO, Michelangelo. **Sociedade e Estado na Filosofia Política Moderna**. São Paulo: ed. Brasiliense, 1986, p. 70.

social, com o imediato surgimento do corpo coletivo, principal fundamento da teoria rousseauiana.

Outro ponto de vista interessante apresentado por Pissarra, sobre o fundamento do *contrato social*, reside no momento de sua celebração:

O ato fundador do povo, o pacto social, é uma convenção e não um fato ou ação históricos, isto é, trata-se de uma convenção tácita decorrente de uma decisão livre e racional, reveladora de uma vontade comum.

Desse “ato de associação” surge “um acordo moral e coletivo”, um “eu comum” — esse é o momento da passagem da liberdade natural à liberdade civil.³⁵

A convenção é natural e tácita, calcada na liberdade racional, que dá existência à vontade comum. O cunho moral da convenção é imperativo para que o pacto seja legítimo, pois há que ser respeitada e prezada a liberdade individual que, no corpo coletivo é chamada de liberdade civil. Independe de ato ou fato histórico que celebre o nascimento do novo ente.

Com relação ao fundamento, claro está que tal fundamento reside na utilidade que o pacto social resultará ao indivíduo, pois este envidará esforços individuais em benefício do todo e, por sua vez resultará em diversas benesses ao indivíduo, pois toda a comunidade estará agindo para si. Neste ponto é que Rousseau fundamenta o ganho da liberdade civil sendo a perda da liberdade natural meramente aparente, pois há, verdadeiramente, transformação, apenas, na maneira como esta será vista.

3.2. Do Soberano

Da relação entre o indivíduo e a sociedade, como partes *Do contrato social*, nasce o ente coletivo que envolve todos os membros, ser este, que Rousseau denominou ‘soberano’, que assim como cada homem que detém a ‘vontade particular’, se personifica *na* ‘vontade geral’. O ente detentor desta vontade geral será objeto de estudo no presente tópico, de modo que se possa entender quem na relação contratual exerce esta vontade.

³⁵ PISSARRA, Maria Constança Peres. **Rousseau – a Política Como Exercício Pedagógico**. São Paulo: ed. Moderna, 2003, p. 75.

Com a finalidade de ensinar o que vem a ser o 'soberano', Rousseau faz a comparação entre o público e o particular, sendo que o indivíduo integra o primeiro e, em tal condição, contrata consigo mesmo:

Vê-se, por essa fórmula, que o ato de associação compreende um compromisso recíproco entre o público e os particulares, e que cada indivíduo, contratando, por assim dizer, consigo mesmo, se compromete numa dupla relação: como membro do soberano em relação aos particulares, e como membro do Estado em relação ao soberano. Não se pode, porém, aplicar a essa situação a máxima do Direito Civil que afirma ninguém estar obrigado aos compromissos tomados consigo mesmo, pois existe grande diferença entre obrigar-se consigo mesmo e em relação a um todo do qual se faz parte.³⁶

O importante do ensinamento acima transcrito está no fato de que 'o soberano' e o Estado são, no entender de Rousseau, dois seres distintos, pois o primeiro é o corpo coletivo, enquanto que o segundo é a instituição politicamente organizada que, por seu representante, interage tanto com o primeiro, quanto com cada indivíduo. O mais interessante é que o indivíduo, por sua vez, relaciona-se como tal perante o 'soberano' e, integrando este, com o Estado. Daí o autor, filosoficamente, interpretar que o indivíduo contrata consigo próprio.

A ressalva constante no citado princípio de Direito Civil se dá porque este regula as relações eminentemente individuais, isto é, de um indivíduo perante outro ou de grupos de indivíduos entre si, particular e solidariamente, tratando-se isto de atos e fatos exclusivamente privados, ou ainda, somente entre vontades particulares.

Esclarecendo Rousseau, Bobbio e Bovero trazem a explicação seguinte:

O núcleo do pensamento de Rousseau é a distinção entre a alienação a outros e a alienação a si mesmo. O homem é livre quando obedece à lei que ele mesmo se deu.

[...]

Não se compreende Rousseau se não se entende que, ao contrário de todos os demais jusnaturalistas, para os quais o Estado tem como finalidade proteger o indivíduo, para Rousseau o corpo político que nasce do contrato social tem a finalidade de transformá-lo.³⁷

Pode-se extrair do texto acima que ao integrar o corpo político o homem se transforma e a questão de sua alienação a si mesmo, para possibilitar a existência do

³⁶ ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Do Contrato Social**, tradução de Lourdes Santos Machado, Os Pensadores, vol. I, São Paulo: ed. Nova Cultural, 1997, p. 73.

³⁷ BOBBIO, Norberto; BOVERO, Michelangelo. **Sociedade e Estado na Filosofia Política Moderna**. São Paulo: ed. Brasiliense, 1986, p. 71.

soberano; tal fato implica essência da ‘vontade geral’, que proporciona a todos a liberdade social e abre caminho à liberdade moral.

Na explicação sobre o indivíduo quando integrante do ‘corpo soberano’, ao interpretar o pensamento rousseauiano, Dent, em seu dicionário assim define:

Rousseau admite que indivíduos retenham interesses particulares, ou privados, independentemente de seus interesses como cidadãos. Mas todo contrato seria vazio se eles não fossem compelidos a obedecer à vontade geral dos cidadãos como soberanos. Ao serem assim compelidos, eles são forçados a ser livres, estando dependentes não da proteção ou favor de indivíduos, mas tão-só das leis gerais a todos aplicáveis por igual. A adoção dos direitos e deveres de cidadania protege melhor uma pessoa em si mesma e em suas posses, como um ser que desfruta do apoio da força comum em seu todo.³⁸

O corpo soberano é o ser social garantidor da liberdade do homem, dado o seu caráter espontâneo na relação contratual, quando o indivíduo proporciona a sua cota ao todo e este, por sua vez, retorna-lhe benefícios coletivos impossíveis de ser alcançados no gozo da liberdade natural. Este mesmo corpo soberano exerce o controle dos entes políticos impedindo, diuturnamente, subjugar os cidadãos à vontade do governante e outros a este, ligados.

Há ainda o surgimento e a aplicação do direito, conforme ensina Durkheim:

O ser coletivo – superior a todos os seres individuais – não apenas determina a liberdade individual como também a consagra e assim lhe comunica uma nova natureza. A liberdade de um indivíduo se baseia agora, não na quantidade de energia disponível a ele, mas em sua obrigação, vinda do contrato fundamental de respeitar a vontade geral. É isso que torna a liberdade individual um direito.³⁹

Sendo o direito a limitação da liberdade individual em benefício da harmonia, ‘o soberano’ pode ser considerado como uma das principais fontes do direito, pois no exercício da liberdade natural, o homem garante a posse de seus bens apenas pelo desforço pessoal, enquanto que no exercício da liberdade social o corpo coletivo proporciona que o indivíduo tenha sua posse de forma pacífica, com o reconhecimento geral, isto é, por parte de todos os outros indivíduos. Logo, segundo Émile Durkheim, um dos fundadores das Ciências Sociais, afirma que a liberdade decorre da constante aplicação do direito, este proveniente do *soberano*.

³⁸ DENT, N.J.H. **Dicionário Rousseau**, tradução Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996, p. 87.

³⁹ DURKHEIM, Émile. **Montesquieu e Rousseau**: Pioneiros da Sociologia, tradução Julia Vidili. São Paulo: Madras, 2008, p. 106.

Enfim, pelo 'soberano' se manifesta a 'vontade geral', a pretensão do corpo coletivo, garantidor da liberdade social dos homens e principal controlador do Estado, o interesse coletivo que natural e tacitamente organizado, firma os princípios de direito que nortearão a organização política e jurídica do povo. Os pilares da organização estatal e a garantia da sua existência dependerão do quanto às cláusulas *Do contrato social* irão balizar a 'vontade geral', manifestada pelo 'soberano'. Estando esclarecida, portanto, a importância do presente estudo.

3.3. Soberania: Inalienável e Indivisível

Sendo 'o soberano' o corpo coletivo nascido da união de indivíduos, para que este subsista e, organizando-se politicamente venha criar, manter e controlar o Estado, não pode, de forma alguma, alienar-se ou se dividir, daí a necessidade da compreensão desses dois requisitos de subsistência da soberania.

Com relação ao pacto social firmado, é fundamental ao surgimento da 'vontade geral', o que Rousseau sustenta: que só esta é capaz de dirigir as forças do Estado:

A primeira e a mais importante consequência decorrente dos princípios até aqui estabelecidos é que só a vontade geral pode dirigir as forças do Estado de acordo com a finalidade de sua instituição, que é o bem comum, porque, se a oposição dos interesses particulares tornou necessário o estabelecimento das sociedades, foi o acordo desses mesmos interesses que o possibilitou. O que existe de comum nesses vários interesses forma o liame social e, se não houvesse um ponto em que todos os interesses concordassem, nenhuma sociedade poderia existir. Ora, somente com base nesse interesse comum é que a sociedade deve ser governada.⁴⁰

O Estado, como pessoa jurídica existe com a finalidade de proporcionar o bem comum, isto é, a 'vontade geral' busca na organização política a sistematização e estruturação na sua aplicação, de modo que as cláusulas do pacto sejam igualmente benéficas a todos e os interesses comuns sejam atendidos.

Com o argumento acima apresentado, o autor, de forma contundente sentencia:

⁴⁰ ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Do Contrato Social**, tradução de Lourdes Santos Machado, Os Pensadores, vol. I. São Paulo: ed. Nova Cultural, 1997, p. 85.

Afirmo, pois, que a soberania, não sendo senão o exercício da vontade geral, jamais pode alienar-se, e que o soberano, que nada é senão um ser coletivo, só pode ser representado por si mesmo. O poder pode transmitir-se; não, porém, a vontade.

Se não é, com efeito, impossível que uma vontade particular concorde com a vontade geral em certo ponto, é pelo menos impossível que tal acordo se estabeleça duradouro e constante, pois a vontade particular tende pela sua natureza às predileções e a vontade geral à igualdade.⁴¹

Se o ‘soberano’ só pode ser representado por si mesmo, caso venha a ser tutelado por quem quer que seja, perde a sua qualidade essencial, logo, deixa de ser o corpo coletivo e o pacto se desfaz, o que implica na impossibilidade de sua alienação. Ao constituir o Estado há a transmissão de poder, preservando-se a *vontade geral*, controladora do poder estatal.

Neste ponto, também, é estabelecida condição fundamental de antagonismo entre a ‘vontade geral’ e a ‘vontade particular’, pois a primeira tende à igualdade, enquanto que a segunda tende às predileções. Logo, se ‘o soberano’ for alienado à ‘vontade particular’, o seu fim será inevitável ao se curvar a um senhor o povo perderá sua qualidade e o corpo político será destruído.

O mesmo fundamento vale para a indivisibilidade da soberania, tanto que o autor, também de forma contundente, assim declara:

A soberania é indivisível pela mesma razão porque é inalienável, pois a vontade ou é geral, ou não o é; ou é a do corpo do povo, ou somente de uma parte. No primeiro caso, essa vontade declarada é um ato de soberania e faz lei; no segundo, não passa de uma vontade particular ou de um ato de magistratura, quando muito, de um decreto.

Nossos políticos, porém, não podendo dividir a soberania em seu princípio, fazem-no em seu objeto. Dividem-na em força e vontade, em poder legislativo e poder executivo, em direitos de impostos, de justiça e de guerra, em administração interior e em poder de tratar com o estrangeiro. Algumas vezes, confundem todas essas partes, e, outras vezes, separam-nas.⁴²

O que dá forma e existência ao *soberano*, além da sua inalienabilidade, é a sua unidade, como um ser completo e não um conjunto de retalhos, o corpo coletivo é o objeto *Do contrato social*, o ente que forma e controla o poder estatal.

⁴¹ ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Do Contrato Social**, tradução de Lourdes Santos Machado, Os Pensadores, vol. I, São Paulo: ed. Nova Cultural, 1997, p. 86.

⁴² ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Do Contrato Social**, tradução de Lourdes Santos Machado, Os Pensadores, vol. I, São Paulo: ed. Nova Cultural, 1997, p. 87.

Quando a vontade parte de apenas parte do povo ela é definida por Rousseau como 'vontade particular' coletiva, isto é, interesses pontuais de grupos particulares, não podendo ser confundido com o interesse comum e geral. Em suas manobras de interesses setoriais os políticos, como afirma Rousseau, procuram dividir a soberania em seu objeto, mas como demonstra, eles só conseguem realizar a divisão de poder, este inerente às forças do Estado. Jamais haverá esse tipo de manipulação com o corpo coletivo porque ao poder é possível privilegiar um ou alguns, mas ao *soberano*, pela sua essência só é dado atender à igualdade comum a todos.

Aqui o autor já mostra que os atos dos políticos e das autoridades estatais, muitas vezes, demonstram a 'vontade particular' do Estado, dos governantes, legisladores e/ou magistrados, sem nenhuma manifestação da 'vontade geral', que só pode ser exercida pelo povo. O interesse particular do Estado enquanto administrador do todo, segundo Rousseau, também poderá se chocar com o interesse geral do corpo coletivo, mas mesmo assim, a soberania deverá permanecer indivisível.

Em análise da crítica de Rousseau aos juristas de sua época, que confundiam a soberania com as formas de exercício do poder estatal, isto é, monarquia, aristocracia e democracia, Derathé traz a seguinte afirmativa:

Dos três tipos de soberania distinguidos pelos juristas, somente um é legítimo: a soberania do povo. Qualquer que seja a forma de governo, a constituição do Estado deve ser republicana. A soberania é um atributo que pertence à totalidade, ao corpo da nação, sem que esta tenha o direito de aliená-la ou de transmiti-la.

Com esse princípio, Rousseau condena a monarquia absoluta, mas ele condena, no mesmo golpe, o governo representativo.⁴³

Nesta análise é importante clarear que a chamada democracia direta, isto é, aquela em que o governante age mediante consulta ou referendo direto do povo, há marcante presença e atuação do *soberano* no controle da gestão do Estado, daí a forma republicana ser tida como a ideal, dada a inalienabilidade da soberania. Outras formas de governo como a monarquia, a aristocracia e a democracia representativa, confundida por vários com a soberania, são formas de gestão do Estado ligadas à *vontade particular*, de um, alguns ou vários, que jamais manifestarão a 'vontade geral',

⁴³ DERATHÉ, Robert. **Rousseau e a Ciência Política de Seu Tempo**. São Paulo: ed. Barcarolla, 2009, p. 391.

dada a sua essência voltada aos privilégios. Muito pelo contrário, essa ‘vontade particular’, mesmo que estatal, estará sempre em conflito com a ‘vontade geral’.

Com relação à indivisibilidade da soberania, interpretando o ensinamento de Rousseau, Derathé afirma que “por sua natureza, a soberania é única e essencialmente *vontade*. Se a soberania é indivisível e inalienável, é porque a vontade não se transmite e não se divide.”⁴⁴

Se o corpo político se forma em razão da comunhão de vontades, de modo a atender pretensões comuns, a idéia do dissenso ou da cisão contraria qualquer ideia de comunhão. A clareza com que Rousseau distinguiu o *soberano* do Estado lançou por terra, vários equívocos sobre a soberania, que até nos dias de hoje muitos cometem, pois, o poder estatal pode ser dividido e transformado, enquanto que a vontade do corpo coletivo, a soberania não.

Ao explicar sobre as questões da inalienabilidade e da indivisibilidade da soberania Durkheim traz importante contribuição, qual seja:

1. A soberania é inalienável. Isso significa que não pode sem mesmo ser exercida por representação. “sempre que se trata de um verdadeiro ato de soberania, o povo não pode ter representantes” (*Obras inéditas*, ed. Dreyfus, Streckeisen-Moultou, p. 47, n. 2). A soberania poderia ser alienada apenas se a vontade geral pudesse ser exercida por intermédio de uma ou mais vontades individuais. Mas isso não é possível, já que esses dois tipos de vontade têm naturezas demasiado diferentes e se movem em sentidos divergentes. Uma se move em direção ao geral, portanto à igualdade; a outra ao particular, e portanto às preferências.

[...]

2. A soberania é indivisível. Ela só pode ser dividida se uma parte da sociedade decidir pelo restante. Mas a vontade desse grupo privilegiado não é geral; consequentemente, o poder de que ela pensa dispor não é soberania. O soberano é composto de partes, mas o poder soberano resultante dessa composição é um só. Em cada uma de suas manifestações, ele não pode deixar de ser inteiro, pois existe apenas se todas as vontades individuais entrarem nele como elementos.⁴⁵

Em seu comentário Durkheim clareia bem a impossibilidade de até mesmo se exercer a *vontade geral* por representação, quanto mais aliená-la. Se divisível fosse estaria a soberania dirigida às preferências e aí seria *vontade particular*. O mesmo se dá com relação à indivisibilidade, pois se uma parte da sociedade decide por todos

⁴⁴ DERATHÉ, Robert. **Rousseau e a Ciência Política de Seu Tempo**. São Paulo: ed. Barcarolla, 2009, p. 426.

⁴⁵ DURKHEIM, Émile. **Montesquieu e Rousseau: Pioneiros da Sociologia**, tradução Julia Vidili. São Paulo: ed. Madras, 2008, p. 115.

haverá privilégio, tratando-se, também, de *vontade particular*. O poder soberano sempre estará voltado a todos e não a alguns, daí ser impossível sua divisão.

O comentário de Dent sobre o corpo soberano vem complementar a compreensão do ensinamento de Rousseau:

Rousseau argumenta que o corpo soberano não pode ser alienado — ou seja, os poderes e direitos de que todo o corpo de pessoas goza em sua capacidade como cidadãos não podem ser transferidos para uma pessoa ou subgrupo.

[...]

Para criar e manter as condições nas quais os indivíduos são capazes de atuar com êxito como membros de um corpo soberano — isto é, ser capaz tanto de efetivamente identificar e desejar o que possibilita sua preservação comum e seu bem-estar geral — precisa-se, na opinião de Rousseau, da atenção e do cuidado mais diligentes.⁴⁶

Aqui o comentador demonstra que se o corpo soberano transferir poderes e direitos a um ou a alguns, perderá sua qualidade e se esfacelará. A atenção e diligência necessárias à preservação da ‘vontade geral’ são de imperativa importância à existência do corpo coletivo e à harmonia comum a todos os cidadãos.

Uma vez compreendidos os conceitos de *soberano* e de Estado, bem como a diferença entre vontade e poder, fica clara a questão da inalienabilidade e da indivisibilidade da soberania porque o que é passível de alienação e de divisão é o exercício da gestão e do poder estatal.

3.4. Da Lei, do Legislador e do Povo

A obra de referência do presente trabalho, no seu objeto, procura descrever toda a estrutura da liberdade social e moral por força do ‘contrato social’. Por este pacto, segundo o autor, dá-se existência e vida ao corpo político, porém, pela legislação ser-lhe-á dado movimento e vontade. Assim, oportuno é o estudo sobre a lei, o legislador e o povo, segundo Rousseau, o que será realizado.

Dentro da ideia exposta sobre o pacto social e seu fundamento, a vida e existência do *soberano*, bem como sua inalienabilidade e indivisibilidade, e este, único detentor da *vontade geral*, controlador do Estado, Rousseau definiu a lei como sendo:

⁴⁶ DENT, N.J.H. **Dicionário Rousseau**, tradução Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed., 1996, p. 91-92.

Quando todo o povo estatui algo para todo o povo, só considera a si mesmo e, caso se estabeleça então uma relação, será entre todo o objeto sob um certo ponto de vista e todo o objeto sob um outro ponto de vista, sem nenhuma divisão do todo. Então, a matéria sobre a qual se estatui é geral como a vontade que a estatui. A esse ato dou o nome de lei. Quando digo que o objeto das leis é sempre geral, por isso entendo que a Lei considera os súditos como corpo e as ações como abstratas, e jamais um homem como um indivíduo ou uma nação particular.⁴⁷

O direito é a limitação da liberdade para haver harmonia e a liberdade limitada pelo direito é a liberdade natural. A liberdade social decorre da aplicação do direito e a principal fonte deste é a lei. Todas as pessoas têm costumes, valores e princípios comuns, e estes, no corpo coletivo, se traduzem em *vontade geral*. Para que esta vontade tenha movimento e perpetue ‘o soberano’, há a necessidade de sua positivação, o que se dá através da edição da lei. Com este raciocínio fica claro o ensinamento de Rousseau ao defender o caráter e a natureza geral de eficácia que toda lei deve ter.

Jamais poderá a lei, que sempre deve conter em seu objeto o interesse geral, ser confundida com atos de gestão ou de governo, conforme explica Rousseau:

Vê-se ainda que, reunindo a Lei a universalidade da vontade e a do objeto, aquilo que um homem, quem quer que seja, ordena por sua conta, não é mais uma lei: o que ordena, mesmo o soberano, sobre um objeto particular não é uma lei, mas um decreto, não é ato de soberania, mas de magistratura.⁴⁸

Quando se edita qualquer ato normativo de interesse particular de determinado indivíduo, de grupo de indivíduos, ou ainda de interesse da administração do Estado, mesmo que a regra editada venha atingir a muitos, tal não pode ser chamado de lei, dado o seu objeto e a sua finalidade, daí Rousseau o denominou de *decreto*, que nada mais é do que ato de magistratura da autoridade que o pratica. Lei, no sentido dado por Rousseau, é a manifestação da vontade do *soberano*, seu movimento e sua perpetuação.

Há a máxima que diz que o contrato faz lei entre as partes e, corroborando-a, Rousseau explana: “as leis não são, propriamente, mais do que as condições da associação civil. O povo, submetido às leis deve ser o seu autor. Só àqueles que se

⁴⁷ ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Do Contrato Social**, tradução de Lourdes Santos Machado, Os Pensadores, vol. I. São Paulo: ed. Nova Cultural, 1997, p. 106-107.

⁴⁸ ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Do Contrato Social**, tradução de Lourdes Santos Machado, Os Pensadores, vol. I. São Paulo: ed. Nova Cultural, 1997, p.107.

associam cabe regulamentar as condições da sociedade”⁴⁹. Anteriormente o autor definiu *Do contrato social* como sendo a união de interesses comuns e a lei disciplinará a execução desse contrato, cujas cláusulas deverão ser indistintamente cumpridas por todos os membros, seja individual, seja em grupo, sejam as autoridades representativas e administrativas.

Explicando o posicionamento rousseauiano sobre a lei, Paulo César Nodari assim o interpreta:

O elemento fornecedor de movimento e vontade ao corpo político é a legislação. O caráter vivo e dinâmico da vida em sociedade é fornecido pela lei, pelo estabelecimento de igualdade de direitos e deveres e pela sanção coletiva de todos a todos. Advém, porquanto, a urgência da lei, porque somente ela pode dar à liberdade a garantia de fato. A garantia da liberdade está na obediência às leis, pois a obediência às leis constitui-se na obediência e participação à própria vontade. Obedecer às leis é o resultado do exercício da vontade geral.

[...]

A lei estabelece a fonte do justo e do injusto. Ela se define em função da vontade geral. Resulta da aplicação de todas as vontades ao corpo político em seu conjunto.⁵⁰

O comentador centralizou suas considerações na relação direta que a legislação tem com a garantia de liberdade dos indivíduos integrantes do corpo coletivo, enquanto obedecerem às leis e que estas estabelecem a fonte do justo e do injusto, nas relações interpessoais, dentro do todo. Tal estabelecerá o caráter vivo e dinâmico da vida em sociedade.

Sobre o poder de editar a lei, que deve ser exclusivo da ‘vontade geral’, Derathé, em seu comentário, expõe:

O poder de legiferar, isto é, de prescrever regras válidas para todo o corpo político, só pode, portanto, pertencer legitimamente à vontade geral. É somente sob essa condição que os cidadãos só obedecem a eles mesmos e continuam livres no seio do Estado. Admitir que uma vontade particular pode obrigar os cidadãos é submetê-los à vontade, ou melhor dizendo, à dominação de outro homem. Ora, é isso precisamente que o pacto social tem por objetivo evitar. Os homens uniram-se e submeteram-se a uma disciplina comum para se colocarem sob abrigo contra toda dependência pessoal: eles se deram leis para não se darem a um senhor.⁵¹

⁴⁹ ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Do Contrato Social**, tradução de Lourdes Santos Machado, Os Pensadores, vol. I. São Paulo: ed. Nova Cultural, 1997, p. 108.

⁵⁰ NODARI, Paulo César, **Ética, Direito e Política: a Paz em Hobbes, Locke, Rousseau e Kant**. São Paulo: Paulus, 2014, p. 145.

⁵¹ DERATHÉ, Robert. **Rousseau e a Ciência Política de Seu Tempo**. São Paulo: Barcarolla, 2009, p. 431.

Ao se dar lei ao povo também está se dando liberdade, esta é a ideia central *Do contrato social*, com relação às leis. O homem, no corpo coletivo, edita a lei e, individualmente a cumpre. Eis aí o movimento e a vontade desse corpo coletivo e, também, a garantia da liberdade dos indivíduos, a forma pacífica de a 'vontade geral' evitar de ficar submissa à vontade de um senhor, o que comprometerá o contrato social.

Em outras palavras Pissarra também explica a visão de Rousseau:

A legislação completa a existência e a vida dada pelo pacto social ao sistema político, conferindo-lhe o movimento e a vontade que permitirão sua conservação. Como o soberano é uma pessoa pública, um ser abstrato, sua ação só é possível por meio das leis, nada mais sendo a legislação que um ato da vontade geral, do eu comum, nascido do contrato. Para Rousseau, o direito legislativo decorrente da soberania não é mais um atributo de um representante, como para outros autores, mas atributo do povo.⁵²

Sendo a legislação, a forma de a 'vontade geral' expressar seu movimento e a sua vontade, pela da lei será manifestada a sua existência, pois, embora se tratar de ser abstrato, se faz presente consuetudinariamente nas relações humanas dentro da comunidade.

Interpretando as lições de Rousseau, Nodari entende que somente pela legislação a liberdade civil se torna garantia de fato; já Derathé, defende que através das leis editadas pelo corpo político o povo evita a submissão a um único senhor; Pissarra, por sua vez, verifica que a ação da 'vontade geral', sendo ser abstrato, só se verifica por meio das leis.

Mesmo visualizando por ângulos diversos, é possível se chegar ao entendimento de que *Do contrato social* só perpetuará sua existência se politicamente organizado, e essa organização política só será alcançada com a positivação dos costumes, valores e princípios em um sistema jurídico, que se formará com edição de leis, estas, legisladas pelo próprio povo integrante do corpo coletivo.

Ao se referir sobre o legislador, Rousseau chama a atenção sobre os requisitos que tal inteligência deve ter, que não se deve deixar influenciar pelas paixões do povo, com as seguintes palavras:

Para descobrir as melhores regras de sociedade que convenham às nações, precisar-se-ia de uma inteligência superior, que visse todas as paixões dos homens e não participasse de nenhuma delas, que não tivesse nenhuma

⁵² PISSARRA, Maria Constança Peres. **Rousseau – a Política Como Exercício Pedagógico**. São Paulo: Moderna, 2003, p. 76.

relação com a nossa natureza e a conhecesse a fundo; cuja felicidade fosse independente de nós e, contudo, quisesse dedicar-se a nós, que, finalmente, almejando uma glória distante, pudesse trabalhar num século e fruí-la no outro. Seriam precisos deuses para dar leis aos homens.⁵³

Conhecer profundamente a natureza humana sem ter alguma relação, ou não sofrer qualquer influência dela, tal é impossível para qualquer homem, o que leva a concluir que somente deuses poderiam dar ao povo leis isentas e eficazes, capazes de proporcionar felicidade de todos e atender à vontade geral. O legislador, no entender de Rousseau, há que ser pessoa suficientemente extraordinária e sem nenhum direito legislativo, isto é: “uma empresa acima das forças humanas e, para executá-las, uma autoridade que nada é”⁵⁴.

Diante dessa questão o autor expõe sobre as estratégias dos legisladores dizendo:

Eis o que, em todos os tempos, forçou os pais das nações a recorrerem à intervenção do céu e a honrar nos deuses sua própria sabedoria, a fim de que os povos, submetidos às leis do Estado como às da natureza e reconhecendo os mesmos poderes na formação do homem e na da Cidade, obedecessem com liberdade e se curvassem docilmente ao jugo da felicidade pública. Essa razão sublime, que escapa ao alcance dos homens vulgares, é aquela cujas decisões o Legislador põe na boca dos imortais, para guiar pela autoridade divina os que a prudência humana não poderia abalar. Não é todo homem, porém, que pode fazer os deuses falarem, nem ser acreditado quando apresenta como seu intérprete. A grande alma do Legislador é o verdadeiro milagre que deverá autenticar sua missão.⁵⁵

Historicamente os povos foram submetidos ao poder divino, estratégia utilizada por seus legisladores, a fim de curvá-los, docilmente, à felicidade pública, equiparando a origem do Estado à origem do homem, segundo a natureza. Ao explicar esse estratagema de sucesso Rousseau o atribuiu à grande alma dos legisladores que foram capazes de guiar os povos utilizando a autoridade divina.

Comentando Rousseau sobre o diferencial da inteligência do legislador diante do corpo coletivo, Moscateli diz:

⁵³ ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Do Contrato Social**, tradução de Lourdes Santos Machado, Os Pensadores, vol. I. São Paulo: ed. Nova Cultural, 1997, p. 109.

⁵⁴ ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Do Contrato Social**, tradução de Lourdes Santos Machado, Os Pensadores, vol. I. São Paulo: ed. Nova Cultural, 1997, p. 111.

⁵⁵ ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Do Contrato Social**, tradução de Lourdes Santos Machado, Os Pensadores, vol. I. São Paulo: ed. Nova Cultural, 1997, p. 112-113.

A figura extraordinária do Legislador pode ser vista como uma parte da resposta de Rousseau para a questão da origem das sociedades civis. A maneira como o filósofo retrata os atributos do Legislador é digna de nota.

[...]

Tal indivíduo com qualidades semelhantes às dos deuses é o verdadeiro inventor da máquina política. Sua obra se situa na origem da vida civil, como Rousseau salienta a partir de uma referência às *Considerações sobre os romanos*.

[...]

A imagem do Legislador de Rousseau tem ainda certas particularidades que vale a pena ressaltar. Segundo ele, cabe ao Legislador a obra admirável de instruir um povo, dar-lhe leis e infundir costumes que o tornem uno e único sobre a face da terra.⁵⁶

O legislador é figura fundamental à organização política de qualquer sociedade, pois necessita conhecê-la a fundo e trilhar os rumos de seu desenvolvimento social e moral, pois as leis têm por escopo balizar os limites do comportamento dos indivíduos de acordo com os princípios e valores que norteiam a ‘vontade geral’. O sistema jurídico deve manter total identidade com o corpo coletivo e proporcionar a felicidade decorrente do exercício da liberdade social, a fim de que os integrantes deste possa alcançar a liberdade moral.

Sobre o legislador possuir extraordinários requisitos, como ensina Rousseau, seus comentadores são praticamente uníssonos, mas oportuna é a interpretação de Durkheim com relação ao poder diante do corpo coletivo:

A dificuldade se deve não apenas ao fato de que essa missão exige um gênio extraordinário, mas à antinomia em que implica. Pois para fazer leis é preciso transformar o todo em parte, o indivíduo em cidadão. Que poderes tem o legislador para realizar uma tarefa tão laboriosa? Nenhum. Ele não pode ter uma força efetiva para realizar suas idéias, pois, se tivesse, ficaria no lugar da autoridade soberana. Os homens seriam governados por um indivíduo. Por mais sábia que uma vontade individual possa ter, ela não pode substituir a vontade geral. Aquele que comanda as leis não deve comandar os homens. Ele só pode propor. Apenas o povo decide.⁵⁷

Esse comentário esclarece bem a posição do legislador no contexto da sociedade; a ele cabe organizar a estrutura do sistema jurídico e submeter sua proposta ao povo que, uma vez acatando, a positivará em lei. O legislador instrumentalizará a vontade popular, mas somente o corpo coletivo deliberará sobre a

⁵⁶ MOSCATELI, Renato. **Rousseau Frente ao Legado de Montesquieu**: História e Teoria Política no Século das Luzes. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010, p. 96-99.

⁵⁷ DURKHEIM, Émile. **Montesquieu e Rousseau**: Pioneiros da Sociologia, tradução Julia Vidili. São Paulo: Madras, 2008, p. 123.

vigência e eficácia. Caso contrário, o legislador, se houver o poder de impor sua vontade pessoal estará maculado ‘*Do contrato social*’, enfim, somente o povo, coletivamente, terá o poder de decidir.

Há importante questão levantada por Dent quanto ao legislador, pois este defende que Rousseau impressiona com um dos seus mais curiosos e menos convincentes elementos que, ao descrevê-lo, criou um problema para si mesmo:

Rousseau identificou uma questão importante mas parece estar colocando para si um problema de solução impossível. Quando diz que o povo quer sempre o bem, mas nem sempre o encontra, ele formula a questão de um modo algo enganoso, parecendo sugerir que embora exista, neste caso, um conjunto bem-intencionado de pessoas ansiosas por fazer a coisa certa, por algum motivo são incapazes de realizar essa coisa certa. Cabe ao legislador ajuda-las nisso. Mas se indagarmos por que razão elas são incapazes de realizar a coisa certa, verificamos que essa formulação do problema deturpa sua verdadeira natureza.⁵⁸

O comentador em questão interpreta o pensamento de Rousseau como problema de solução aparentemente impossível, porém, de forma equivocada. O povo tem problemas e aspirações comuns, decorrentes de costumes, valores e princípios comuns e para sedimentar o movimento e a vontade do corpo coletivo, torna-se necessário constitui-los em leis. Ocorre que o leigo tem dificuldade de instrumentalizar suas pretensões e, muito mais, dar a si, em comum com todos, um sistema jurídico. Daí a necessidade da figura do legislador, indivíduo, segundo Rousseau, dotado de qualidades extraordinárias, não influenciado pelo meio, mas profundo conhecedor dele, em condições de instrumentalizar a *vontade geral* e, pela confecção de leis, dar-lhe movimento.

Não há como defende o comentador, nada de enganoso na dificuldade do cidadão comum em fazer a coisa certa, o que há, na verdade é a necessidade de que, de forma organizada e sistematizada pelo trabalho do legislador, seja dado movimento e vontade ao corpo coletivo e isso ficou muito bem demonstrado no pensamento de Rousseau.

Comparativamente sobre o legislador, Moscateli vê em tal figura caber a obra admirável de instruir o povo, tornando-o uno e único sobre a face da terra; já Durkheim

⁵⁸ DENT, N.J.H., **Dicionário Rousseau**, tradução Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996, p. 152-153.

também reconhece a importância de tal indivíduo, que deterá o poder de legislar, sem contudo, a ninguém comandar, mas irá apenas propor e o povo soberanamente decidirá; Diferentemente, Dent entende que Rousseau formulou problema de solução impossível, pois se o povo não tem capacidade de fazer a coisa certa, também não poderá, soberanamente, promulgar as leis propostas pelo legislador.

O problema da organização política não está somente no legislador, mas também no povo que se pretende organizar e por isso, Rousseau posicionou o seguinte:

Assim como, antes de erguer um grande edifício, o arquiteto observa e sonda o solo para verificar se sustentará o peso da construção, o instituidor sábio não começa por redigir leis boas em si mesmas, mas antes examina se o povo a que se destina mostra-se apto a recebê-las.⁵⁹

Nessa comparação figurativa o autor chama a atenção de que a qualidade e eficácia de boas leis estarão diretamente ligadas aos princípios e valores do povo a ser legislado, isto é, as normas positivadas terão de estar em consonância com suas principais fontes. Cabe ao legislador sistematizar a vontade do 'soberano' nas leis e, para tal, haverá que bem conhecer o povo antes de instituí-las.

A seguir o autor considera o problema do crescimento do Estado, pois o pequeno tende a ser proporcionalmente mais forte do que o grande, e aponta razões para essa posição:

As mesmas leis não podem convir a tantas províncias diferentes, que têm costumes diversos, vivem em climas opostos e não podem submeter-se à mesma forma de governo. Leis diferentes só suscitam perturbações e confusão entre povos que, vivendo sob os mesmos chefes e em contínua comunicação, frequentando-se ou casando-se uns com os outros, nunca sabem se seu patrimônio verdadeiramente lhes pertence. Os talentos ficam ofuscados, as virtudes ignoradas, os vícios impunes, nessa multidão de homens desconhecidos uns dos outros, que a sede da administração suprema reúne num mesmo lugar. Os chefes, perdidos no trabalho, nada vêem com seus próprios olhos e os delegados governam o Estado. Enfim, as medidas que se precisam tomar para manter a autoridade geral, à qual tantos funcionários distantes querem se subtrair ou enganar, absorvem todos os cuidados públicos. Nada mais deles resta para a felicidade do povo, senão apenas um pouco para sua defesa em caso de necessidade. Desse modo, um corpo demasiadamente grande por sua constituição se enfraquece e perece esmagado sob o seu próprio peso.⁶⁰

⁵⁹ ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Do Contrato Social**, tradução de Lourdes Santos Machado, Os Pensadores, vol. São Paulo: Nova Cultural, 1997, p. 115.

⁶⁰ ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Do Contrato Social**, tradução de Lourdes Santos Machado, Os Pensadores, vol. I. São Paulo: ed. Nova Cultural, 1997, p. 120.

A soberania do Estado pode levar à descentralização excessiva de sua administração, o que o tornará pesado e ineficiente. Os indivíduos tendem a se tornar desconhecidos entre si, o que dificultará em estabelecer pretensões comuns e a ‘vontade geral’ começará a se esfacelar. Esse Estado estará mais suscetível a ficar refém de várias e sucessivas ‘vontades particulares’ se superpondo ao corpo coletivo, o que acelerará sua extinção.

No entender de Rousseau, povo apto à legislação é “aquele que, encontrando-se já ligado por qualquer laço de origem, interesse ou convenção, ainda não sofreu o verdadeiro jugo das leis”⁶¹. Esta posição guarda sintonia com o fundamento do *contrato social* que, surgindo este naturalmente, sem cláusulas expressas, vinculará todos os cidadãos em um único objetivo, que é a felicidade de todos dentro do corpo coletivo. Daí, sendo um povo livre de qualquer jugo ou imposição externa, estará apto à instituição de sistema legislativo equitativo e justo.

Sobre a aptidão do povo de se organizar politicamente e positivar as regras gerais em leis Moscateli traz a seguinte consideração:

Rousseau acredita que as nações, como os homens, têm uma fase de maturidade que é a mais adequada para intervenção do legislador, e é preciso esperar que elas atinjam essa idade para serem disciplinadas pelas leis, ou então os resultados da instituição serão comprometidos.

[...]

Pode-se, então, levantar a interpretação de que o público envolvido no contrato é virtual juridicamente, mas real na medida em que se concretiza nas comunidades nacionais que servem de substrato para o corpo político e sobre as quais o trabalho do Legislador é realizado. Embora teoricamente quaisquer pessoas reunidas de modo aleatório possam firmar um contrato entre si para se constituir como povo, Rousseau mostra que os componentes de um Estado precisam ter bem mais do que uma ligação meramente jurídica para que ele se sustente.⁶²

Há o início da formação da sociedade que, segundo Rousseau, surge naturalmente e sem cláusulas formalizadas, mas, em determinado momento, há também a necessidade de o corpo coletivo se estruturar politicamente e é nesse momento em que o povo se encontrará apto a receber as leis. A estruturação do povo

⁶¹ ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Do Contrato Social**, tradução de Lourdes Santos Machado, Os Pensadores, vol. I. São Paulo: ed. Nova Cultural, 1997, p. 125.

⁶² MOSCATELI, Renato. **Rousseau Frente ao Legado de Montesquieu: História e Teoria Política no Século das Luzes**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010, p. 104-106.

como Estado é bem mais complexa do que a formação *Do contrato social*, por assim dizer.

Enfim, neste momento se verifica que o entendimento sobre a *lei*, o *legislador* e o *povo*, na visão do autor da obra de referência, com as explicações de seus comentadores, complementa o fundamento do *contrato social* e a estruturação do sistema jurídico do Estado.

3.5. Do Governo em Geral

Na constituição do Estado Rousseau demonstrou que a ‘vontade geral’ necessita de vontade e movimento para se manifestar. O pacto social, para se aperfeiçoar, precisa ser politicamente organizado e os interesses comuns precisam ser administrados. A estrutura legislativa foi estudada, carecendo agora de ser analisado o governo, que é a força motriz da gestão do todo. Pretende-se, então, identificar a forma como Rousseau se refere à figura do governante e sua relação com o corpo coletivo e com o cidadão.

O autor inicia o tema referente ao governo em geral solicitando máxima atenção, dada sua importância, esclarecendo:

Toda ação livre tem duas causas que concorrem em sua produção: uma moral, que é a vontade que determina o ato, e a outra física, que é o poder que a executa. Quando me dirijo a um objeto, é preciso, primeiro, que eu queira ir até ele e, em segundo lugar, que meus pés me levem até lá. Queira um paralítico correr e não o queira um homem ágil, ambos ficarão no mesmo lugar. O corpo político tem os mesmos móveis. Distinguem-se nele a força e a vontade, esta sob o nome de *poder legislativo* e aquela, de *poder executivo*. Nada se faz, nem se deve fazer, sem o seu concurso.⁶³

Ao poder executivo, no entender do autor, cabe, imperativamente, cumprir e fazer cumprir as deliberações do poder legislativo, haja vista que deste emana a vontade do corpo coletivo, enquanto aquele detém os meios de coerção necessários ao seu cumprimento. Depreende-se daí que o primeiro é agente do segundo, o que resultou na sua denominação, por ser o executor da vontade.

⁶³ ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Do Contrato Social**, tradução de Lourdes Santos Machado, Os Pensadores, vol. I. São Paulo: Nova Cultural, 1997, p. 135.

O corpo coletivo necessita de agente que coloque em ação as suas diretrizes e materialize a ‘vontade geral’, em razão disso afirma Rousseau:

Que será, pois, o Governo? É um corpo intermediário estabelecido entre os súditos e o soberano para sua mútua correspondência, encarregado da execução das leis e da manutenção da liberdade, tanto civil como política.

[...]

Chamo, pois, de *Governo* ou administração suprema o exercício legítimo do poder executivo, e de *príncipe* ou *magistrado* o homem ou o corpo encarregado dessa administração.⁶⁴

No entender de Rousseau em relação ao governo, cabe cumprir e fazer cumprir as leis, no sentido de buscar o bem comum. O governante é o preposto do corpo coletivo que administrará seus interesses e interagirá a ‘vontade geral’ com a ‘vontade particular’, seja dos indivíduos, de grupos ou até mesmo do soberano.

Sobre a posição do autor, de que ao governo cumpre exercer a força do corpo coletivo, através dele emanando sua soberania, explica Derathé:

Os magistrados encarregados da execução das leis ou das vontades do soberano não podem ser senão seus mandatários, seus ministros, ou melhor, seus representantes, e só devem, por consequência, agir em seu nome e nunca por sua própria autoridade. Portanto, faz parte das atribuições do poder legislativo controlar o executivo e, até mesmo, destituí-lo se quiser.⁶⁵

Prossegue o comentador, sobre o problema mais delicado que o poder legislativo, que é o soberano, deva resolver: “Importa, portanto, antes de tudo, manter o governo nos limites de suas funções e fazer de sorte que a força pública permaneça sempre submetida à direção da vontade geral de maneira a ser unicamente aplicada à lei.”⁶⁶ Esse posicionamento se dá em razão da tendência crônica do governante de impor sua vontade – ou a do governo – como sendo a ‘vontade geral’, e tal quando ocorre implica mácula à obra *Do contrato social*, podendo haver o esfacelamento do corpo coletivo, o que será oportunamente tratado neste trabalho. Daí a imperativa importância do controle diuturno do poder legislativo sobre o poder executivo.

Diante deste fato, fica claro que a definição de governo, segundo Rousseau, mostra que o seu papel perante o corpo coletivo, como materializador das leis e

⁶⁴ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Do Contrato Social**, tradução de Lourdes Santos Machado, Os Pensadores, vol. I. São Paulo: ed. Nova Cultural, 1997, p. 136-137.

⁶⁵ DERATHÉ, Robert. **Rousseau e a Ciência Política de Seu Tempo**. São Paulo: Barcarolla, 2009, p. 439.

⁶⁶ DERATHÉ, Robert. **Rousseau e a Ciência Política de Seu Tempo**. São Paulo: Barcarolla, 2009, p. 441.

administrador dos interesses comuns, representa a força do soberano e que deve cumprir a sua vontade, na busca da felicidade de todos os seus cidadãos.

3.6. Da Democracia, da Aristocracia e da Monarquia

A forma de governar pode variar conforme assim deliberar o corpo coletivo, seja por todo este ou sua maioria, por alguns ou vários de seus membros, ou ainda por apenas um indivíduo. Em Rousseau cada uma destas espécies de governo recebeu uma denominação, sendo oportunas algumas considerações a respeito, de modo a propiciar adequado entendimento.

Sobre as formas ou espécies de governo o autor em referência explica:

O soberano, em primeiro lugar, pode confiar o Governo a todo o povo ou à maior parte do povo, de modo que haja mais cidadãos magistrados do que cidadãos simples particulares. Dá-se a essa forma de governo o nome de *democracia*.

O soberano também pode confinar o Governo nas mãos de um pequeno número.

Finalmente, pode concentrar todo o Governo nas mãos de um único magistrado do qual todos os outros recebem seu poder. Essa terceira forma é a mais comum e se chama *monarquia* ou Governo real.

Deve-se notar que todas essas formas, ou pelo menos as duas primeiras, são suscetíveis e restrições ou ampliações, e têm até uma latitude bastante grande, porquanto a democracia pode compreender todo o povo ou cidadãos do que magistrados, e esta forma recebe o nome de *aristocracia*.

A aristocracia, por sua vez, da metade do corpo pode contrair-se indeterminadamente até o menor número.⁶⁷

Neste aspecto, o autor analisa as formas de governo quando se dá por todo o corpo coletivo, pela minoria dos cidadãos ou apenas por um só. Daí define as três formas ou espécies que são a democracia, a aristocracia e a monarquia.

A seguir, Rousseau critica a democracia como forma de governar, justificando:

Não será bom que aquele que faz as leis as execute, nem que o corpo do povo desvie sua atenção dos desígnios gerais para emprestá-la aos objetivos particulares. Nada mais perigoso que a influência dos interesses privados nos negócios públicos; o abuso da lei pelo Governo é mal menor do que a corrupção do Legislador, consequência infalível dos desígnios particulares.
[...]

⁶⁷ ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Do Contrato Social**, tradução de Lourdes Santos Machado, Os Pensadores, vol. I. São Paulo: Nova Cultural, 1997, p. 149-150.

Tomando-se o termo no rigor da acepção, jamais existiu, jamais existirá uma democracia verdadeira. É contra a ordem natural governar o grande número e ser o menor número governado.⁶⁸

O pensador, seguindo a lógica anterior do seu pensamento, buscou, no sentido de que ao corpo coletivo cabe exercer a ‘vontade geral’, demonstrar que este edita as leis e fixa as diretrizes a serem seguidas pelo governante, que administrará os interesses do todo. Daí a advertência sobre a atenção que o corpo político deve ficar concentrado nos desígnios gerais, pois a corrupção do legislador quando se deixa influenciar pelos assuntos administrativos implicará em sério risco ao *Do contrato social*. Enfim, o número de governados ser menor do que os que governam contraria a lógica.

Sobre a aristocracia Rousseau traz esclarecimentos quanto as suas espécies, a saber:

Há, pois, três espécies de aristocracia: natural, eletiva e hereditária. A primeira só convém a povos simples; a terceira é o pior de todos os governos. A segunda, o melhor Governo, é a aristocracia propriamente dita, estabelecida por eleição, meio pelo qual a probidade, as luzes e a experiência e todos os outros motivos de preferência e de estima pública constituem outras novas garantias de que se será governado sabiamente.

[...]

Em uma palavra, a melhor ordem e a mais natural é que os mais doutos governem a multidão, quando se tem certeza de que o fazem visando o benefício dela e não o seu.⁶⁹

Sendo a aristocracia a forma em que pequeno grupo governa a maioria, o autor a classifica de três formas, porém, criticando veementemente duas delas, a natural e a hereditária. A primeira, por entender só ser possível sua instituição em povos simples, isto é, comunidades menores. A segunda é considerada a pior delas, pois o legado biológico natural não garantirá que se mantenha a qualidade do grupo governante. A eletiva é defendida por Rousseau como a aristocracia propriamente dita, pois o povo deve escolher os mais doutos para governá-los, em havendo certeza de que o farão em benefício comum e não em seu próprio.

Sobre a monarquia como o governo nas mãos de um só indivíduo, que Rousseau denominou de príncipe, segue sua explicação:

⁶⁸ ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Do Contrato Social**, tradução de Lourdes Santos Machado, Os Pensadores, vol. I. São Paulo: Nova Cultural, 1997, p. 149-150.

⁶⁹ ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Do Contrato Social**, tradução de Lourdes Santos Machado, Os Pensadores, vol. I. São Paulo: Nova Cultural, 1997, p. 154.

Exatamente ao contrário das outras administrações, nas quais um ser coletivo representa um indivíduo, nesta um indivíduo representa um ser coletivo, de modo que a unidade moral, que constitui o príncipe, é ao mesmo tempo uma unidade física, na qual todas as faculdades, que a lei com tamanho esforço reúne no outro, se encontram naturalmente reunidas.

[...]

Se não existe, porém, um Governo que possua mais vigor, não há absolutamente outro em que a vontade particular disponha de mais império e mais facilmente domine as outras; é verdade que tudo se movimenta para o mesmo fim, mas esse objetivo não é o da felicidade pública, e a própria força da administração volta-se continuamente contra o Estado.⁷⁰

Pelo fundamento *Do contrato social* a união dos indivíduos em interesses comuns forma um novo ser, que é o corpo coletivo; na monarquia o indivíduo, isto é, o governante, representa o ser coletivo, ‘a vontade geral’ fica submissa à vontade particular do governante. O Estado fica refém da sua administração, submisso a esta. Não há na monarquia a vontade de todos, apenas a vontade do príncipe.

Qualquer forma de governo acaba se organizando de forma complexa, pois há necessidade de segmentação da administração:

Falando-se com propriedade, não há Governo simples. É preciso que um chefe único tenha magistrados subalternos; é necessário que um Governo popular tenha um chefe. Assim, na divisão do poder executivo, há sempre uma gradação do maior número ao menor, com a diferença de que às vezes o grande número depende do pequeno e outras vezes o pequeno do grande.⁷¹

Conforme explica Rousseau até mesmo para que haja controle na gestão do Estado, é necessária a estruturação do governo de forma complexa, envolvendo vários agentes, pois é impossível a uma única pessoa gerir e controlar o todo. Mesmo em casos em que a o corpo coletivo venha exercer a administração, será necessária a existência de um chefe.

Em meio a explicações sobre a teoria rousseauiana sobre as formas de governo, Dent interpreta que “se Rousseau tem uma preferência é por uma aristocracia eletiva – na realidade, não muito dessemelhante da democracia eletiva comum do

⁷⁰ ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Do Contrato Social**, tradução de Lourdes Santos Machado, Os Pensadores, vol. I. São Paulo: Nova Cultural, 1997, p. 157-158.

⁷¹ ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Do Contrato Social**, tradução de Lourdes Santos Machado, Os Pensadores, vol. I. São Paulo: Nova Cultural, 1997, p. 163.

Ocidente no final do século XX, embora sem a mesma distinção entre função legislativa e executiva”⁷².

Verifica-se que o comentador citado incidiu em equívoco na sua interpretação, pois Rousseau fez comparativo entre três formas de aristocracia e considerou a eletiva como a melhor delas. Não houve nenhuma consideração do pensador sobre a aristocracia em face das outras formas de governo. Também há engano do comentador ao comparar a aristocracia eletiva com a democracia representativa, pois até mesmo no parlamentarismo os representantes são legisladores, enquanto que o Estado governado por um chanceler ou primeiro ministro.

Ao comentar a linha de pensamento de Rousseau, quanto às formas de governo, Moscateli diz:

Rousseau, por sua vez, faz uso no *Contrato Social* de uma tipologia política mais tradicional no tocante às três formas de governo que ela contém, onde se repete aquela descrita no *Segundo Discurso*; seu critério básico é o número dos que governam. A primeira forma é a democracia, em que o governo é confiado pelo soberano a todo o povo ou à maior parte dele, de modo que haja mais magistrados do que cidadãos particulares; a segunda é a aristocracia, em que o governo é entregue a um pequeno número de pessoas, existindo então menos magistrados do que simples cidadãos; e a terceira, por fim, é a monarquia, em que o governo é concentrado nas mãos de um único magistrado.⁷³

O registro do comentador sobre o critério adotado pelo pensador estar no número dos que governam é interessante, pois mantém a linha interpretativa de que independente da forma de se governar o Estado o magistrado sempre deverá estar subordinado à ‘vontade geral’, que legislará e controlará o governante.

As formas de governo ora descritas se mantêm até os dias de hoje, em que pese a diversidade cultural e social dos povos. Mesmo em países de estruturação mais complexa, como repúblicas federativas, o pacto social se manifesta na forma pensada por Rousseau e os governos são estruturados em diversos níveis, com regionalização da administração descentralizada. A exposição sobre as formas de governo, conforme pensadas por Rousseau, serão importantes para o entendimento do objeto deste trabalho.

⁷² DENT, N.J.H. **Dicionário Rousseau**, tradução Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed., 1996, p. 139.

⁷³ MOSCATELI, Renato. **Rousseau Frente ao Legado de Montesquieu: História e Teoria Política no Século das Luzes**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010, p. 111.

3.7. Sobre o Paradoxo em Rousseau

Em diversos momentos *Do Contrato Social* Rousseau trata de perda que é ganho, ou limitação que resulta em liberdade, o que, em princípio, pode implicar um paradoxo. A estratégia escolhida pelo pensador para explicar o pacto merece análise, que ora será realizada, pois refletirá na discussão do tema deste trabalho.

Ao falar sobre a mudança do homem, da liberdade natural para a liberdade civil, Rousseau expõe: “o que o homem perde pelo contrato social é a liberdade natural e um direito ilimitado a tudo quanto aventura e pode alcançar. O que com ele ganha é a liberdade civil e a propriedade de tudo o que possui”⁷⁴. Aqui, em princípio, se supõe uma perda que é um ganho, o que seria paradoxo. Porém, o fato de se poder alcançar determinado objeto não implica, necessariamente, poder de ser o senhor deste, logo, não se pode perder o que não se tem. Há na realidade uma transformação, isto é, o indivíduo no gozo da liberdade natural é nômade, solitário, nada possui, apenas se serve dos recursos naturais do orbe. A socialização implica surgimento de valores decorrentes, até mesmo, da fixação do homem ao solo, em comum com outros homens, daí o nascedouro *Do contrato social* e também do direito propriamente dito.

Sustenta ainda o autor que “o pacto fundamental, em lugar de destruir a igualdade natural, pelo contrário, substitui por uma igualdade moral e legítima aquilo que a natureza poderia trazer desigualdade física entre os homens”⁷⁵, e a desigualdade na liberdade natural; isto decorre do fato de estarem os homens individualmente dispersos, enquanto que socialmente em comum com outros se dá surgimento à liberdade moral. A desigualdade decorrente da força no estado de natureza é substituída pela igualdade decorrente da convenção e do direito, no estado de sociedade.

Ao comentar essa migração, Natália Maruyama preferiu utilizar o termo ‘contradição’, ao invés de falar em ‘paradoxo’: “a contradição entre o homem e o

⁷⁴ ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Do Contrato Social**, tradução de Lourdes Santos Machado, Os Pensadores, vol. I. São Paulo: ed. Nova Cultural, 1997, p. 77.

⁷⁵ ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Do Contrato Social**, tradução de Lourdes Santos Machado, Os Pensadores, vol. I. São Paulo: Nova Cultural, 1997, p. 81.

cidadão, considerando essa oposição fundamental entre ‘homem natural’ e ‘homem civil’, aparece sob a forma de uma divergência entre as inclinações naturais e os deveres”⁷⁶. Sob a ótica da liberdade natural e suas respectivas inclinações, qualquer referência a deveres provocará perda, mas em se tratando de união social e esforço comum, as limitações frente ao coletivo resultam em preservação e até ampliação da liberdade individual. Exemplificando, em qualquer centro urbano, ao se trafegar em via pública, adota-se a regra de o fazer em um lado para ir e em outro para vir o que, em princípio, vê-se como proibição ou perda da liberdade de tráfego pelo outro lado da via, porém, a limitação aparente resultará na garantia de que o indivíduo, tanto chegará ao seu destino em segurança, quanto retornará à origem sem qualquer preocupação, livre de eventual acidente. Eis aí o ganho do homem na liberdade social.

Corroborando a interpretação de contradição apenas aparente, Derathé diz que “na realidade, como ocorre frequentemente em Rousseau, a contradição é apenas aparente”⁷⁷. Como se observa, não há o que se falar em paradoxo no pensamento de Rousseau, há na verdade o aprofundamento comparativo que reforça o argumento que dá suporte à tese *Do contrato social* e do corpo coletivo como sujeito próprio.

Com relação ao conceito de lei, Rousseau manifesta que “quando todo o povo estatui algo para todo o povo, só considera a si mesmo”⁷⁸, ou seja, para o pensador a lei só é lei quando considera o todo e obriga a todos os indivíduos, indistintamente, sem exceção. Diante disso, Derathé traz o seguinte comentário:

Rousseau é então levado a sustentar que a lei deve partir de todos para aplicar-se a todos. Trata-se de uma relação do corpo político com cada um de seus membros. Dito de outro modo, os mesmos homens são, ao mesmo tempo, legisladores e sujeito às leis, e constituem assim, ao mesmo tempo, o soberano e os súditos. Vê-se aqui que a matéria e a forma da lei são uma única coisa. Rousseau só as distingue para finalmente confundi-las. Tal é o paradoxo ao qual ele é conduzido por sua definição da lei. Para ele, a autoridade legislativa e a matéria da lei não são, na realidade, senão uma só e mesma coisa.

Para melhor análise do comentário presente, há que se retornar ao exemplo do tráfego nas vias públicas, no qual se positivou na lei a obrigação de os indivíduos

⁷⁶ MARUYAMA, Natália. **A Contradição Entre o Homem e o Cidadão**: Consciência Política Segundo J.-J. Rousseau. São Paulo: Humanitas/FAPESP, 2001, p. 25.

⁷⁷ DERATHÉ, Robert. **Rousseau e a Ciência Política de Seu Tempo**, São Paulo: Barcarolla, 2009, p. 225.

⁷⁸ ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Do Contrato Social**, tradução de Lourdes Santos Machado, Os Pensadores, vol. I. São Paulo: ed. Nova Cultural, 1997, p. 106.

sempre trafegarem por um dos lados da rua, assim liberando o outro lado para que outrem trafegue em sentido contrário, evitando-se, assim, graves acidentes. Ora, há que se considerar o ponto de referência, pois enquanto integrante do todo e expressando a 'vontade geral', o povo promulga a lei e, individualmente, o cidadão a cumpre em seu próprio benefício e em benefício de outrem, uma vez que ao cumprir a norma no trânsito em via pública, terá a certeza de chegar ao destino em segurança, porque outrem, em sentido contrário, também estará, individualmente, cumprindo a lei que ajudou a construir. Essa é a essência do pacto social, daí, discordando-se do comentador, não há paradoxo na definição de lei dada por Rousseau.

A postura metodológica adotada por Rousseau é bem identificada por Vieira ao comentar que “o único caminho para compreender a natureza do homem, nesta pesquisa, é o método hipotético dedutivo, pois o outro caminho, o dos ‘fatos’, nos leva ao engano”⁷⁹. Vê-se então que ao invés de haver paradoxo no pensamento de Rousseau há, na verdade, problema de hermenêutica por parte de alguns interpretadores, pois a metodologia por estes utilizada, como afirma Vieira, não está adequada.

Corroborando a observação de Vieira, registra Almeida Jr. ao se referir ao *Contrato Social*, que, “com certeza, essa é a obra mais famosa de Rousseau e, conseqüentemente, a que mais se prestou a interpretações equivocadas”⁸⁰. Tais equívocos decorrem exatamente da metodologia utilizada pelo leitor, intérprete e/ou comentador, o que poderá levar à falsa impressão de existência de eventual contradição ou paradoxo, o que, na verdade, não há.

Tratou-se deste assunto nesta parte do presente trabalho pelo fato de que a discussão sobre o suposto paradoxo no pensamento rousseauiano, demandaria de prévia análise sobre as teorias de Estado e da organização do *contrato social*. A partir de então há bases para a discussão do tema, que ocorrerá no capítulo seguinte.

⁷⁹ VIEIRA, Luiz Vicente. **A Democracia em Rousseau: A Recusa dos Pressupostos Liberais**. Porto Alegre: EDIPRUCS, 1997, p. 51.

⁸⁰ ALMEIDA JR., José Benedito de. **Como Ler Jean-Jacques Rousseau**. São Paulo: Paulus, 2013, p. 87.

4. O ANTAGONISMO ENTRE AS VONTADES GERAL E PARTICULAR

Sobre *Do contrato social*, Rousseau, apesar de o haver publicado há quase trezentos anos, mostra-se atual, dada a sua essência de desprendimento de valores regionais e temporais. Como estudado no capítulo anterior deste trabalho, o pacto coletivo tem por fundamento a entrega do indivíduo ao todo que, por sua vez, tudo recebe de volta em sua liberdade social, com oportunidade de desfrutar de benesses que dificilmente obteria na liberdade natural.

Apesar de integrar o corpo coletivo como elemento do conjunto, o homem também mantém sua individualidade e seus costumes, valores e princípios de ordem pessoal, a serem preservados e garantidos em face da ‘vontade geral’. Ocorre que a vontade particular de cada integrante do todo há que sempre guardar harmonia perante a sociedade, de modo que, *Do contrato social*, se mantenha sempre íntegro. Daí a necessidade de análise e discussão sobre situações em que as vontades particular e geral possam macular o fundamento desse contrato se posicionadas de forma antagônica, o que será abordado no presente capítulo.

4.1. A Valorização da Vontade Geral

A valorização do corpo coletivo em face do indivíduo, dentro *Do contrato social*, é sobejamente visível na obra de Rousseau e não poderia ser diferente, bastando-se para tanto o próprio título de sua obra que, por si só, demonstra seu objeto. Por isso, para melhor discussão da problemática desta pesquisa antes, porém, importante é que seja verificada a justificativa dessa valorização, pois, assim, será possível mensurar o dano que o conflito das ‘vontades particulares’ poderá causar ao pacto coletivo.

Há a união de vontades interpessoais que dão origem à ‘vontade geral’ e, no entender de Rousseau:

Enquanto muitos homens reunidos se consideram um único corpo, eles não têm senão uma única vontade que se liga à conservação comum e ao bem-estar geral. Então, todos os expedientes do Estado são vigorosos e simples, suas máximas claras e luminosas; absolutamente não há interesse confuso, contraditório; o bem comum se patenteia em todos os lugares e só exige bom

senso para ser percebido. A paz, a união, a igualdade, são inimigas das sutilezas políticas.⁸¹

A simplicidade e o vigor dos expedientes do Estado consistem na unidade da vontade resultante da união dos indivíduos voltada ao bem-estar de todos. Este é o principal requisito da perenização do corpo político, supervalorizado diante *Do contrato social*, dentro da visão do coletivo. A condição ora exposta pelo pensador do todo como sinônimo de um só é o requisito imperativo para que a ‘vontade geral’ seja indestrutível.

A ideia pode ser comparada com o número um, isto é, tanto ele pode representar o unitário, como também o todo. No estudo da aritmética o número um é o unitário, mas no estudo dos números fracionários ele representa o todo, podendo-se comparar o unitário ao indivíduo e a fração ao cidadão. Esta visão matemática comparada ao fundamento *Do contrato social* trará facilidade no seu entendimento, pois o unitário se dá ao coletivo e o fracionário integra o todo e, conseqüentemente, o todo existe em razão e para o bem do unitário, e, mantendo-se assim, de forma simples, a ‘vontade geral’ será indestrutível. Por isso, quando o indivíduo se entrega à essa vontade, ele não se entrega a ninguém e, na condição de cidadão, integrando o corpo coletivo, ele se entrega a si mesmo.

Para o pensador, a ideia consiste na união de várias vontades particulares, que formarão uma única vontade, sendo esta a ‘vontade geral’ e, tanto assim é que, mesmo ao legislar, tal ideia persiste:

Um Estado assim governado tem necessidade de bem poucas leis e, à medida que se torna preciso promulgar outras novas, reconhece-se tal necessidade universalmente. O primeiro que a propuser não fará senão dizer o que todos já sentiram, e não cabem nem brigas nem eloquência para fazer com que se transforme em lei o que cada um já resolveu fazer, desde que esteja certo de que os demais farão como ele.⁸²

Se o corpo coletivo surge da união espontânea de indivíduos, cujos interesses são comuns, havendo a organização política desse corpo com construção de sistema jurídico, a norma positiva será pequena, haja vista que muito pontuais serão as divergências individuais. Daí, havendo necessidade de proposição de nova lei, a

⁸¹ ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Do Contrato Social**, tradução de Lourdes Santos Machado, Os Pensadores, vol. I. São Paulo: Nova Cultural, 1997, p. 199.

⁸² ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Do Contrato Social**, tradução de Lourdes Santos Machado, Os Pensadores, vol. I. São Paulo: Nova Cultural, 1997, p. 200.

uniformidade de aspirações certamente levará à sua promulgação sem maiores discussões e todos obedecerão a novel norma de forma tranquila.

Em relação á coercitividade da lei, deve decorrer da ‘vontade geral’, como demonstra Almeida Jr. ao comentar Rousseau:

Trata-se de entender que a vontade geral não é uma lei específica, nem o conjunto de leis positivas que estejam em vigor, mas a própria possibilidade de fazer e derrubar leis. Quando o povo se reúne em assembleia para deliberar, isto já é a manifestação da vontade geral; independentemente do que se delibere em cada ocasião, o fato de se reunir e deliberar já é manifestação da soberania popular.⁸³

Quando *Do contrato social* é formalizado em bases sólidas, cujos membros comungam pretensões afins e conformes, onde todos se dedicam ao todo e o todo atende a todos, a ‘vontade geral’, como sustenta Rousseau, é indestrutível. O corpo político, com tranquilidade, se reúne em assembleia, tanto para editar leis, quanto para alterá-las ou, até mesmo, revogá-las, segundo seus interesses.

Ao comentar sobre *O povo de Rousseau*, sobre o corpo coletivo, diz Ulhôa:

Todos participam, em pé de igualdade, da autoridade soberana, e todos são súditos diante das leis do Estado, segundo as condições teóricas do contrato social. Trata-se, portanto, de um pensamento revolucionário, que nega e supera, do ponto de vista conceitual, a ordem expressa no discurso da burguesia em ascensão, mas é utópico, do ponto de vista prático, pois não leva em conta as leis que comandam, no real, a engrenagem dessa ordem.⁸⁴

Diferentemente dos princípios e regras matemáticos ou, melhor dizendo, das ciências exatas, que o objeto é ou não é, em se tratando do relacionamento humano, ou ainda, das ciências humanas, o que deve ser nem sempre o é. Daí, Rousseau sustenta que havendo homens que comungam das mesmas pretensões, naturalmente se unindo e formando uma ‘vontade geral’, há a possibilidade de se celebrar um *Contrato social* legítimo e duradouro. A crítica do comentador, ao entender que, embora revolucionário, o pensamento rousseauiano é utópico do ponto de vista prático, está influenciada pela possibilidade de existência de Estados malformados ou deformados, embasados em normas viciadas não promulgadas por seu corpo coletivo. No contexto ora analisado não podem ser chamadas de leis, pois, segundo Rousseau, não são leis,

⁸³ ALMEIDA JR., José Benedito de. **Como Ler Jean-Jacques Rousseau**. São Paulo: Paulus, 2013, p. 93/94.

⁸⁴ ULHÔA, Joel Pimentel de. **Rousseau e a Utopia da Soberania Popular**. Goiânia: UFG, 1996, p. 26.

mas de atos de magistratura dos respectivos governantes (nota 48, p. 42). Isso conduz ao entendimento de que o comentador está equivocado, pois na ideia rousseauiana o corpo político é eficiente serviçal em prol dos cidadãos.

Em outro sentido Lima esclarece importantes pontos sobre o *contrato social* enxergado pelo pensador:

O Contrato Social visa garantir uma vontade geral, momento em que se cria um Estado soberano que regulará as relações humanas de acordo com o interesse da comunidade, da república, a união de cidadãos, que não devem subserviência a ninguém, mas sim ao bem comum, de um grupo que se valoriza e se estrutura a partir desse ponto. [...] O coletivo substitui a força individual, e o Estado é o garante desta liberdade comum.⁸⁵

Ao ser tratada a questão da liberdade do homem na visão rousseauiana, no primeiro capítulo deste trabalho, ficou claro que o homem nasce para ser livre e busca manter-se todos os dias da sua existência. Pelo pacto social a 'vontade geral', ao criar o Estado busca, através deste, garantir a liberdade comum e que o indivíduo não seja subserviente a ninguém. Esta é a fonte da força desta vontade, que garantirá a sua indestrutibilidade, porque o cerceamento da liberdade individual comprometerá sobremaneira a *vontade geral*, que poderá se esfacelar e o *contrato social* vir a ruir.

Abordando a questão da liberdade ao comentar a obra de Rousseau, Kuntz interpreta que:

O que vemos, portanto, é que Rousseau toma um caminho inteiramente oposto ao do liberalismo. Enquanto para os liberais o mundo da liberdade se constrói pela valorização do indivíduo e pela atomização da sociedade, assim como pela criação de uma esfera de vida privada da qual os demais cidadãos e o Estado devem ser expulsos, na medida do possível, em Rousseau o que vemos é a eliminação máxima da existência individual e mesmo associativa, na medida em que os grupos particulares possam concorrer com o Estado, que representa o verdadeiro "eu" e a verdadeira vontade dos cidadãos.⁸⁶

Entende-se aqui que não houve adequada interpretação da teoria rousseauiana sobre a questão da liberdade, haja vista que Rousseau não defendeu a eliminação da existência individual, muito pelo contrário, o pensador demonstrou de forma clara que a liberdade social é verdadeiro ganho, que o indivíduo passa a ter o que não tinha na liberdade natural, que o escopo da 'vontade geral' é garantir a liberdade do cidadão e que este não será subserviente a outrem. Disse Rousseau:

⁸⁵ LIMA, Rômulo de Araújo. **10 Lições Sobre Rousseau**. 2ª ed., Petrópolis: Vozes, 2013, p. 14-15.

⁸⁶ KUNTZ, Rolf. **Fundamentos da Teoria Política de Rousseau**. São Paulo: Barcarolla, 2012, p. 126.

“cada um dando-se a todos não se dá a ninguém e, não existindo um associado sobre o qual não se adquira o mesmo direito que se lhe cede sobre si mesmo, ganha-se o equivalente de tudo o que se perde, e maior força para conservar o que se tem”⁸⁷. Se indivíduos ou associações, como pretende o comentador, concorrerem com o Estado, o pacto social estará maculado e a liberdade social e moral estarão comprometidas e tal não é compatível com Rousseau.

De outra sorte, interpreta a liberdade individual diante da *vontade geral* a comentadora Coletti:

Não há dúvidas, portanto, que a teoria da *lei* e a *igualdade de direito* objetivam salvaguardar a *liberdade* no seio do *Estado democrático*. Rousseau estava convicto de que a liberdade política seria a condição das demais liberdades. Só o povo que detém para si o exercício do poder legislativo é um povo realmente livre porque obedece às leis que prescreveu para si mesmo. A grande conquista do cidadão é a *liberdade moral*, única a torná-lo verdadeiramente senhor de si porque lhe permite, através do livre exercício de vontade, dominar as paixões egoístas, fazendo prevalecer a vontade geral. Só o cidadão virtuoso conquista para si o nível da autonomia.⁸⁸

A liberdade está intimamente ligada à vontade, o homem se associa a outros por vontade, também por ela permanece associado e negocia livremente as condições da associação mútua. Sendo as relações humanas dinâmicas e as pretensões em constante evolução, as leis também estão sujeitas a alterações e revogações e é pelo exercício da liberdade que a vontade se convola em fato jurídico. O homem livre, segundo Rousseau, em comum com os demais edita leis e, singularmente, as obedece exatamente por ser livre e não há aí nenhum paradoxo, haja vista que na *vontade geral* o homem exerce dois papéis, o de cidadão e o de indivíduo, sendo que no primeiro edita as leis, enquanto que no segundo, as cumpre.

Enfim, o que valoriza e fortalece a ‘vontade geral’ é a legitimidade do pacto social, cujos indivíduos, no pleno exercício de sua liberdade social e moral, celebram-no e o mantém sólido em seus princípios e em sua organização política, por isso Rousseau defende ser a ‘vontade geral’ indestrutível. A afirmativa só é válida em se tratando de

⁸⁷ ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Do Contrato Social**, tradução de Lourdes Santos Machado, Os Pensadores, vol. I. São Paulo: Nova Cultural, 1997, p. 70/71.

⁸⁸ COLETTI, Luciana. **Sociedade e Política**: Estudo Sobre a Natureza Humana em Jean-Jacques Rousseau. Passo Fundo: IFIBE, 2006, p. 135.

corpo social legítima e naturalmente constituído, caso contrário haverão situações de antagonismo que serão a seguir abordadas.

4.2. Do Amor-Próprio Como Causa de Antagonismo

Com a interação entre os homens veio surgir a cadeia formada por pretensões e obrigações mútuas e destas deu origem ao direito que, em prol da harmonia, veio limitar a liberdade natural. Daí surge a liberdade social e com ela novos valores e princípios jamais conhecidos pelo homem no estado de natureza. O homem de sociedade passa a valorizar sua imagem e seu conceito perante o grupo a que pertence, potencializando em si a vaidade e o amor-próprio, bem diferente do amor de si mesmo, então existente no homem de natureza.

Esse amor-próprio, que é diretamente ligado à posição do homem no meio social, pode colocá-lo em confronto com outro homem ou, ainda, com a sociedade, instalando-se aí situação de antagonismo entre sua vontade particular e a *vontade geral*, que merece melhor análise.

Sobre o relacionamento do indivíduo com o corpo político Rousseau explica:

Cada indivíduo, com efeito, pode, como homem, ter uma vontade particular, contrária ou diversa da vontade geral que tem como cidadão. Seu interesse particular pode ser muito diferente do interesse comum. Sua existência, absoluta e naturalmente independente, pode levá-lo a considerar o que deve à causa comum como uma contribuição gratuita, cuja perda prejudicará menos aos outros, do que será oneroso o cumprimento a si próprio. Considerando a pessoa moral que constitui o Estado como um ente de razão, porquanto não é um homem, ele desfrutará os direitos do cidadão sem querer desempenhar os deveres de súdito – injustiça cujo progresso determinaria a ruína do corpo político.⁸⁹

Verifica-se que o pensador faz clara distinção entre o indivíduo e o cidadão na mesma pessoa, o primeiro detentor da *vontade particular* e o segundo integrante de *vontade geral*. Quando o homem opta por desfrutar das benesses da cidadania sem cumprir com suas obrigações de súdito compromete o pacto social, manifestando aí, em Rousseau, a figura do amor-próprio. Segundo Rousseau, isso pode determinar a ruína do corpo político.

⁸⁹ ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Do Contrato Social**, tradução de Lourdes Santos Machado, Os Pensadores, vol. I. São Paulo: Nova Cultural, 1997, p. 75.

Se a condição de existência *Do contrato social* é que cada indivíduo se entregue incondicionalmente à *vontade geral* e que esta tenha como razão de ser a liberdade dos cidadãos, do momento em que o indivíduo passe a supervalorizar sua *vontade particular* em prejuízo do corpo político, há a deterioração do soberano, pois os indivíduos entrarão em competição e a união será esfacelada.

Em interpretação da visão rousseauiana de amor-próprio Dent expõe:

O aspecto mais importante e expressivo do seu significado relaciona-se com a avaliação do que é bom e valioso em e para a própria pessoa em função da falta dessas coisas em outros, em função de os outros serem de pouca ou nenhuma valia em comparação com a própria pessoa. Assim entendido, o amor-próprio é um desejo agressivo que contém a necessidade de controlar os outros e de os obliterar.⁹⁰

Pode-se considerar o amor-próprio como um dos principais adversários do *contrato social*, pois quando se traduz em vaidade, na medida em que o cidadão exerce algum tipo de liderança perante outros, esta liderança é transformada pela primeira em abuso, pois o pseudolíder imporá a sua vontade pessoal em prejuízo dos interesses comuns e o antagonismo se instalará prejudicando assim o corpo coletivo. Ao ser atingido pela vaidade de outrem haverá reação por parte de um ou vários cidadãos que, por sua vez, destituir-se-ão desta condição e, de consequência, também irão impor sua *vontade particular* e a competição entre indivíduos poderá se instalar, o que deteriorará e enfraquecerá o soberano comprometendo sobremaneira a vontade geral.

Há ser analisada, no contexto presente, observação de Derathé:

São as primeiras relações sociais que estão na origem do estado de guerra, sem o qual os homens não se encontrariam na necessidade de se unirem por convenções, nem teriam jamais pensado em assim proceder. Foi, portanto, na realidade, o desenvolvimento da sociabilidade que tornou os estabelecimentos políticos necessários e, segundo um princípio caro a Rousseau, tornando estes necessários os tornou também possíveis.⁹¹

Na migração da liberdade natural para a liberdade social o amor de si, faculdade que mantém o homem vivo e livre, dá lugar ao amor-próprio, que é a autovalorização em prejuízo dos demais, que resulta na sanha do indivíduo ou grupo em multiplicar seu poder e impor sua vontade pessoal ou particular, e quando

⁹⁰ DENT, N.J.H. **Dicionário Rousseau**, tradução Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996, p. 41.

⁹¹ DERATHÉ, Robert. **Rousseau e a Ciência Política de Seu Tempo**. São Paulo: Barcarolla, 2009, p. 266.

indivíduos ou grupos entram em conflito por causa dessa sanha a guerra se instala e os povos se destroem. Esse estado de guerra e de conquista provocou o amadurecimento do fenômeno da sociabilidade, o que aperfeiçoou os estabelecimentos políticos e a negociação de regras que dessem estabilidade ao pacto social, em que todos se tratariam com igualdade na condição de cidadãos e delegariam à vontade geral, incondicionalmente, o exercício da soberania.

A difícil tarefa de coibir o amor-próprio traduzido em vaidade, egoísmo, raiva e outros vícios humanos, só foi possível em razão do homem perceber que caminhava para autodestruição da espécie, daí o caminho para os estabelecimentos políticos se abriu. Mas pela própria racionalidade humana o amor-próprio não se extinguiu e o controle deste só foi possível em razão dos cidadãos, de comum acordo, delegarem ao soberano a autoridade de aplicar sanção aos prováveis violadores do pacto social e agressores do corpo coletivo.

A ordem social, com a delegação da jurisdição ao Estado, possibilitou a tipificação dos delitos, tais como crimes contra a vida, contra o patrimônio e contra a honra, com a previsão de aplicação de penas aos infratores. Desta forma o corpo coletivo passou a ter meios de preservar a *vontade geral* dos abusos da 'vontade particular' decorrente do amor-próprio dos indivíduos, que em atitudes egoístas e abusivas violam *O contrato social*.

O homem de sociedade pretende a preservação de sua vida, sua saúde, sua honra objetiva e cabe ao corpo coletivo preservar, de forma isonômica, essas mais básicas condições de harmonia. A difamação e a injúria são chagas constantes e diuturnas que o amor-próprio impõe à sociedade, causa nefasta de antagonismo entre as vontades geral e particular.

Ao comentar o sistema político visualizado por Rousseau, Nodari tece considerações para a discussão deste ponto:

O caráter político da obra de Rousseau centra-se na denúncia das desigualdades e na busca da convivência pacífica entre os homens. Para tanto, urge buscar a origem da desigualdade e a forma de associação que defenda e proteja a pessoa e os bens de cada associado com toda a força comum. Tudo se origina de uma convenção. E, por intermédio da convenção, cada um, dando-se, total e igualmente, a todos, preserva sua igualdade e sua liberdade. A liberdade, com isso, transforma-se, ou seja, em lugar da liberdade natural irrestrita, instala-se agora uma liberdade convencional, isto é, uma existência livre, porém socializada. Doravante as relações entre os homens não

permanecem sujeitas a vontades individuais. Expressam a *vontade geral*, a fim de libertar os homens das peias do egoísmo e da inveja, resgatar a liberdade, a igualdade e melhorar as condições de vida, tornando os homens mais solidários na busca do bem comum.⁹²

No comentário ora transcrito é importante observar que houve certo equívoco na interpretação do pensamento de Rousseau, haja vista que ao tratar do amor de si e da piedade o pensador afirma que, no estado de natureza, o homem não conhece vícios como o egoísmo e a inveja, isto é: “os homens nesse estado de natureza, não havendo entre eles espécie alguma de relação moral ou de deveres comuns, não poderiam ser nem bons nem maus ou possuir vícios e virtudes”⁹³. Logo, a migração para a liberdade social implica em transformação, não em resgate.

Já o homem de sociedade, ao conhecer a liberdade social e a liberdade moral, passa a valorar o prestígio e a atenção dos demais indivíduos, daí nasce o amor-próprio que, diferentemente do amor de si, impinge-lhe a sanha de poder, seja econômico, seja político, de subjugar os demais conforme a sua vontade pessoal, como pode ser observado nas palavras:

Assim que os homens começaram a apreciar-se mutuamente e se lhes formou no espírito a idéia de consideração, cada um pretendeu ter direito a ela e a ninguém foi mais possível deixar de tê-la impunemente. [...] Eis como, cada um punindo o desprezo que lhe dispensavam proporcionalmente à importância que se atribuía, as vinganças tornaram-se tremendas e os homens sanguinários e cruéis. (Nota 19).

Logo, conforme argumenta o comentador que *Do contrato social* visa libertar os homens das peias do egoísmo e da inveja, incide em certo equívoco, porque esses vícios decorrem do pacto de sociedade e não o antecedem. Tanto assim é que, bem posteriormente ao surgimento da *vontade geral*, os cidadãos lhe delegaram a jurisdição a fim de aplicar sanções aos abusadores.

Pelos assuntos abordados até este ponto é possível verificar que o objeto *Do contrato social* pensado por Rousseau reside em atender todas as pretensões comuns das pessoas, como também lhes preservar as pretensões particulares, sem que reciprocamente possam se violar. Quando a vontade particular se manifesta pela

⁹² NODARI, Paulo César. *Ética, Direito e Política*: a Paz em Hobbes, Locke, Rousseau e Kant. São Paulo: Paulus, 2014, p. 131.

⁹³ ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Discurso sobre a Origem e os Fundamentos da Desigualdade Entre os Homens*, tradução de Lourdes Santos Machado, Os Pensadores, vol. II. São Paulo: Nova Cultural, 1999, p. 75.

vaidade, egoísmo, inveja, e outros vícios morais, em que conflita com o interesse geral ou, ainda, tenta subjugar-lo, surge o amor-próprio visto por Rousseau, havendo ao corpo coletivo, no exercício da jurisdição, coibir o infrator de tal comportamento, aplicando-lhe, proporcionalmente, a sanção cabível, a fim de que o soberano preserve legitimamente sua integridade e sua força. Eis as razões pelas quais o amor-próprio se traduz em importante causa de antagonismo entre a *vontade geral* e a vontade particular.

4.3. Do Privilégio como Causa de Antagonismo

Sendo princípios básicos *Do contrato social* a liberdade e a igualdade, somente os seguindo é possível constituir a *vontade geral*, conforme o argumento exposto por Rousseau e, em vista disso, não se pode deixar de estudar o privilégio como agente da vontade particular causador de antagonismo com o corpo coletivo, o que ora será abordado.

Quando inicia o capítulo segundo *Do Contrato Social*, ao tratar da inalienabilidade da *vontade geral*, Rousseau aborda a questão do antagonismo assim dizendo:

Se não é, com efeito, impossível que uma vontade particular concorde com a vontade geral em certo ponto, é pelo menos impossível que tal acordo se estabeleça duradouro e constante, pois, a vontade particular tende pela sua natureza às predileções e a vontade geral, à igualdade.⁹⁴

O amor-próprio tem na vaidade, no egoísmo e em outros vícios afins o combustível para macular a ‘vontade geral’ e a ela se opor. Para obter poder e impor valores pessoais a forma mais usual é cooptar adeptos estabelecendo privilégios pessoais e de grupos. Desta forma surgem confrarias que sempre estão buscando formas de se aproveitar em prejuízo dos demais. Desde o surgimento do homem de sociedade as facções se instalaram dentro do corpo coletivo e almejam dominá-lo.

Exatamente por causa dos vícios sociais é que Rousseau entendeu como condição essencial de existência e durabilidade *Do contrato social* a rigorosa observância da igualdade, mesmo que a *vontade particular* venha a eventualmente

⁹⁴ ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Do Contrato Social**, tradução de Lourdes Santos Machado, Os Pensadores, vol. I. São Paulo: Nova Cultural, 1997, p. 86.

discordar da 'vontade geral'. A discordância é perfeitamente natural e válida, até mesmo para que a sociedade se aperfeiçoe, uma vez verificado que o benefício inerente a alguns possa também o ser a todos, mas quando a primeira tenta impor privilégios, e estes adquirem maiores proporções, podem vir a comprometer a durabilidade do pacto de sociedade.

Derathé explica que essa fórmula “significa essencialmente, que a ‘vontade geral’, não poderia impor a uma categoria de cidadãos obrigações das quais os outros estariam isentos. ‘Igualdade’ torna-se aqui sinônimo de reciprocidade”⁹⁵. Esse pensamento, diante das palavras de Rousseau, que ‘a vontade particular’ tende pela sua natureza às predileções e a vontade geral, à igualdade”, conforme acima transcrito, implica que o estabelecimento de privilégios demonstra que a imposição obrigações a uns e a isenção outros contraria as cláusulas *Do contrato social*.

Ao comentar o pensamento de Rousseau sobre a soberania, Durkheim, ao justificar a formação da *vontade geral*, argumenta:

Os indivíduos que colaboram na formação da vontade geral devem se esforçar pelo fim sem o qual ela não existe, ou seja, o interesse geral. O princípio de Rousseau difere daquele que às vezes é invocado para justificar o despotismo das maiorias. Se a comunidade deve ser obedecida, não é porque ela comanda, mas porque comanda o bem comum.⁹⁶

Ao mencionar o despotismo das maiorias, que sempre busca comandar o Estado, o comentador indiretamente aborda a questão ora discutida, isto é, o mando dos grupos, de alguma forma, privilegiados. Seja em razão do poder econômico, seja em razão do poder político, seja pela força física, sempre haverá algum grupo tentando obter vantagem em prejuízo de outros. Daí a importância do princípio de Rousseau que condiciona o sucesso *Do contrato social* à entrega total dos indivíduos, em igualdade de condição, sem reservas, à ‘vontade geral’, e que esta, por sua vez, garanta a liberdade e a igualdade a todos os seus membros, como também o pleno exercício da *vontade particular*, exceto no que possa vir a comprometer o bem comum. O autor ainda expõe que “a verdade não leva à fortuna, e o povo não dá embaixadas, cátedras ou

⁹⁵ DERATHÉ, Robert. **Rousseau e a Ciência Política de Seu Tempo**. São Paulo: Barcarolla, 2009, p. 509.

⁹⁶ DURKHEIM, Émile. **Montesquieu e Rousseau: Pioneiros da Sociologia**, tradução Julia Vidili. São Paulo: Madras, 2008, p. 114.

pensões”⁹⁷, isto é, essas condições decorrem de privilégios concedidos por poderosos e não da ‘vontade geral’.

É natural que em razão de aspirações comuns grupos se formem para pleitear melhorias e avanços junto ao corpo coletivo, bem como que um único indivíduo venha integrar mais de um desses grupos, conforme sua pluralidade de aspirações e pretensões. Quanto mais expressiva for a pretensão, mais facilmente será ela absorvida pela ‘vontade geral’ e as benesses daí decorrentes distribuídas a todos os cidadãos. Essas legítimas pretensões resultam sempre em solidez ao soberano.

Quando grupos e facções se formam com objetivo de fazer prevalecer pretensões que só beneficiarão a si, impondo a outros grupos ou, até mesmo, ao corpo coletivo, apenas obrigações e nenhum bem, tal só tenderá ao enfraquecimento do Estado podendo, inclusive, instalar competições entre facções ou forças políticas resultando na deterioração e até o perecimento de instituições.

Todo privilégio que venha beneficiar um ou alguns em prejuízo do soberano tende a prejudicar o equilíbrio social e moral, sem nenhuma vantagem resultar a nenhum indivíduo, seja dentre os privilegiados, seja dentre os prejudicados. Esta é outra importante causa de violação do *contrato social* visualizado por Rousseau que, conforme sua proporção pode vir a severamente ofender a ordem e o equilíbrio das relações entre cidadãos.

4.4. Da Vontade do Governante como Causa de Antagonismo

Na teoria de Rousseau a vontade pertence ao corpo coletivo de forma una, indivisível e inalienável, sendo que o governo lhe dá força e movimento. Pela vontade o primeiro edita as leis e detém para si o poder legislativo; enquanto que o segundo, àquele subordinado, executa as leis e administra os interesses comuns. Ocorre que, como ensina o pensador, governo é o exercício legítimo do poder executivo e magistrado, também chamado de príncipe, o homem ou corpo encarregado da administração, que concentra em si a força do Estado e, quando impõe sua *vontade*

⁹⁷ ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Do Contrato Social**, tradução de Lourdes Santos Machado, Os Pensadores, vol. I. São Paulo: Nova Cultural, 1997, p. 89.

particular em atos de gestão, entra em situação de antagonismo com a ‘vontade geral’, situação que merece adequado estudo que ora passa a ser realizado.

Explica o autor *Do contrato social* as relações entre as vontades particulares e a geral e o papel que o governo deve exercer na gestão do Estado, da forma seguinte:

Ora, quanto menos se relacionem as vontades particulares com a vontade geral, isto é, os costumes com as leis, tanto mais deverá a força repressora aumentar. Conclui-se, pois, que o Governo, para ser bom, deve ser relativamente mais forte na medida em que o povo for mais numeroso.

Por outro lado, o crescimento do Estado oferecendo aos depositários da autoridade pública mais tentações e meios de abusar de seu poder, mais força deve ter o Governo para conter o povo e mais força deverá ter o soberano, de sua parte, para conter o Governo. Não me refiro aqui a uma força absoluta, mas à força relativa das várias partes do Estado.

Segue-se, dessa dupla relação, que a proporção contínua entre o soberano, o príncipe e o povo não é absolutamente uma idéia arbitrária, mas uma consequência necessária da natureza do corpo político.⁹⁸

A relação entre as vontades particular e geral há que ser contínua e estável, pois os costumes são importantes fontes do direito que se positivam em leis. Havendo solução dessa continuidade a força repressora aumentará por razões óbvias, pois a lacuna na lei ou a deficiência no controle sobre o governo será porta de entrada para aqueles que detém a força do poder estatal imponham a sua vontade particular, ao invés de cumprir os ditames da *vontade geral*.

Quanto mais numeroso for o povo, mais complexo se torna o Estado, daí a necessidade de o governo ser mais forte. Porém, há que se considerar que a força do governo, que vem da entrega dos cidadãos individualmente ao corpo coletivo, há que ser toda movimentada em benefício deste, pois o governo buscará, cada vez mais, fazer prevalecer sua ‘vontade particular’, em seu detrimento.

O pensador diz que “frequentemente, o melhor Governo em si mesmo pode tornar-se o mais vicioso, se suas relações não forem alteradas segundo os defeitos do corpo político ao qual pertence”⁹⁹, isto é, não adianta o governo estruturar a si mesmo como poder executivo se não atender, permanentemente, às pretensões do soberano, segundo os defeitos deste, haja vista que os costumes do povo implicam em uma das

⁹⁸ ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Do Contrato Social**, tradução de Lourdes Santos Machado, Os Pensadores, vol. I. São Paulo: Nova Cultural, 1997, p. 139.

⁹⁹ ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Do Contrato Social**, tradução de Lourdes Santos Machado, Os Pensadores, vol. I. São Paulo: Nova Cultural, 1997, p. 142.

principais fonte das leis, conforme Rousseau diz: “qual povo, pois, que está apto à legislação? Aquele que [...] não tem costumes nem superstições muito arraigadas”¹⁰⁰. Logo, tais leis deverão ser cumpridas pelo Estado, na pessoa do magistrado ou príncipe.

Outra questão importante é a fonte de manutenção do governo e aí diz Rousseau:

Em todos os governos do mundo a pessoa pública consome e nada produz. Donde lhe vem, pois, a subsistência consumida? Do trabalho de seus membros. É o supérfluo dos particulares que produz o necessário do público. Conclui-se, daí, que o estado civil só pode subsistir na medida em que o trabalho dos homens render além de suas necessidades.

[...]

Não é pela quantidade dos tributos que se deve medir o ônus, mas sim pelo caminho que têm de fazer para voltar às mãos de que saíram. Quando essa circulação é rápida e bem estabelecida, não importa que se pague muito ou pouco, pois o povo será sempre rico e as finanças andarão sempre bem. Ao contrário, por pouco que o povo dê, quando esse pouco não lhe volta, ele, dando sempre, logo se esgotará: o Estado jamais será rico e o povo sempre será miserável.¹⁰¹

O governo é agente consumidor de recursos obtidos dos cidadãos na arrecadação de tributos. Um dos mais importantes princípios que regem a administração pública é o de arrecadar tributos e convertê-los em bens e serviços para a população, isto é, o corpo coletivo. Este princípio é considerado moderno e constantemente estudado, especialmente, por agentes públicos. Veja-se, de forma simples, a importância da rapidez com que o governante retorne os tributos arrecadados às mãos de quem os pagou, haja vista que a ineficiência do magistrado ou príncipe implicará na pobreza do Estado e na miséria do povo.

Em singela interpretação dos ensinamentos ora trazidos é possível verificar que a *vontade particular* do governante, em antagonismo com a *vontade geral*, pode se dar de várias formas, seja pelo amor-próprio dos magistrados, seja sua pela ineficiência em governar, seja por improbidade e corrupção, e tal pode ocorrer, tanto em decorrência de más ações, quanto em decorrência de omissões. Rousseau ainda afirma que “assim como a vontade particular age sem cessar contra a vontade geral, o

¹⁰⁰ ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Do Contrato Social**, tradução de Lourdes Santos Machado, Os Pensadores, vol. I. São Paulo: Nova Cultural, 1997, p. 125.

¹⁰¹ ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Do Contrato Social**, tradução de Lourdes Santos Machado, Os Pensadores, vol. I. São Paulo: Nova Cultural, 1997, p. 165-166.

Governo despende um esforço contínuo contra a soberania”¹⁰², isto é, em que pese a necessidade imperativa da *vontade geral* em ter um governante, há que estar sempre se defendendo das investidas deste contra o soberano, que jamais deixará de tentar dominá-lo.

Assim como o soberano escolhe o legislador para organizar seu sistema jurídico também escolhe o magistrado para governar o Estado, isto é, o próprio corpo coletivo investe em poder e força quem poderá destruí-lo e, neste sentido, Rolland explica:

Assim como a vontade particular age sem cessar contra a vontade geral, assim o governo realiza esforços contínuos contra a soberania. Mais este esforço aumenta, mais a constituição se altera; e, como não há outra vontade que resista à do príncipe que a equilibre, cedo ou tarde o príncipe oprimirá o soberano e romperá o contrato social. Está aí o vício inerente e inevitável que, desde a origem do corpo político, tende, sem descanso, a destruí-lo, assim como a velhice e a morte destroem o corpo do homem.¹⁰³

Ao afirmar que a ‘vontade particular’ sempre age contra a *vontade geral* o comentador se refere ao amor-próprio do indivíduo ou das associações, estudado no tópico anterior e, ao dizer que o governo também se esforça continuamente contra a soberania, refere-se ao amor-próprio do governante. Desde a origem do corpo coletivo se instala o círculo vicioso descrito pelo comentador e quando o magistrado consegue subjugar-lo à sua vontade o *contrato social* é rompido e a soberania se esfacela.

É comum ao príncipe travestir o interesse do governante em interesse público enganando, assim, a população, no sentido de que a ‘vontade particular’ de governo seja pseudovontade geral e, tanto assim é que se pode afirmar existir o interesse público primário e o interesse público secundário, sendo o primeiro o do corpo coletivo e o segundo o da administração pública. Ora, isso é forma poética de justificar a má-fé do príncipe ao desviar os tributos arrecadados dos cidadãos de sua verdadeira destinação.

Entende-se oportuna para a discussão presente a posição de Moscateli sobre a separação das atividades legislativa e executiva:

¹⁰² ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Do Contrato Social**, tradução de Lourdes Santos Machado, Os Pensadores, vol. I. São Paulo: Nova Cultural, 1997, p. 173.

¹⁰³ ROLLAND, Romain. **O Pensamento Vivo de Rousseau**, tradução de J. Cruz Costa. São Paulo: Martins, 1951, p. 92.

Quando Rousseau afirma que as atividades legislativa e executiva precisam ser separadas, seu intuito consiste em evitar que a generalidade de vontade do soberano seja afetada negativamente pelos objetivos particulares que o governo está encarregado de administrar. Se aqueles que fazem as leis também a executam, sempre há o risco de que os interesses pessoais sobrepujem a vontade geral, impedindo o bem comum de prevalecer.¹⁰⁴

Relativamente ao comentário ora evocado cabe observar que a separação de poderes proposta por Rousseau, no sentido de que o legislativo deve ficar exclusivamente a cargo do soberano e o executivo, por sua vez, a cargo do magistrado, sendo este subordinado àquele, deve ocorrer exatamente para evitar que os objetivos particulares do governo possam influenciar negativamente os objetivos gerais do corpo coletivo. Tanto é que Rousseau afirma:

Se o soberano quer governar ou se o magistrado quer fazer leis ou, ainda, se os súditos recusam-se a obedecer, a desordem toma o lugar da regra, a força e a vontade não agem mais de acordo e o Estado, em dissolução, cai assim no despotismo ou na anarquia.¹⁰⁵

Note-se que os interesses do governo constituem vontade particular em face do soberano, este, único detentor da vontade geral e do poder de legislar, pois as atribuições devem permanecer sempre claras, a fim de prevenir, conforme o autor, o despotismo ou a anarquia, o que resultaria na dissolução do Estado.

Entende-se haver compreendido, com essas considerações que a vontade do governante é a mais perigosa causa de antagonismo entre as vontades geral e particular, em razão da grande concentração de poder que o governante detém podendo este, provavelmente, levar à ruína o Estado e destruir o *contrato social*.

4.5. Da Representação Popular como Causa de Antagonismo

Nos Estados modernos é comum a representação política mesmo em diversos regimes de governo. De uma forma ou de outra os poderes públicos se fazem presentes com maior ou menor importância, conforme a organização política de cada povo. Em seu *contrato social* Rousseau destaca a questão da escolha pelo povo de

¹⁰⁴ MOSCATELI, Renato. **Rousseau Frente ao Legado de Montesquieu**: História e Teoria Política no Século das Luzes. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010, p. 213.

¹⁰⁵ ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Do Contrato Social**, tradução de Lourdes Santos Machado, Os Pensadores, vol. I. São Paulo: Nova Cultural, 1997, p. 137-138.

deputados e representantes, ressaltando quão importante perigo representa ao soberano, sendo imperativa a abordagem no presente trabalho.

Em sua ideia, Rousseau se posiciona contra a representação popular, apresenta importantes fundamentos e demonstra que quando a população escolhe representantes perde a liberdade, veja-se:

Desde que o serviço público deixa de constituir a atividade principal dos cidadãos e eles preferem servir com sua bolsa a servir com sua pessoa, o Estado já se encontra próximo da ruína. Se lhes for preciso combater, pagarão tropas e ficarão em casa; se necessário ir ao conselho, nomearão deputados e ficarão em casa. À força de preguiça e de dinheiro, terão, por fim, soldados para escravizar a pátria e representantes para vendê-la.¹⁰⁶

Um dos principais motivos de associação dos homens foi a necessidade de defesa física e do patrimônio. A formação de grupos para autodefesa dos corpos sociais se mostrou eficiente e, à medida que as sociedades evoluíram e se tornaram mais complexas os grupos de defesa igualmente evoluíram para exércitos. O Estado bem organizado possui forças de defesa do povo e do território, de modo a manter a integridade do soberano. O cidadão consciente da sua posição desenvolve sentimento de amor à sua pátria, ao seu país, ao seu Estado, isto é, o lugar onde nasceu, vive e desfruta, onde está a sua história, da sua origem, o futuro dos seus descendentes, daí a necessidade de defender tudo o que lhe é mais caro e mais importante. Esse sentimento é que incentiva o cidadão a empunhar armas em defesa do soberano, pois é a garantia da liberdade do povo. O exército formado com esse sentimento patriótico tudo fará para garantir a independência e a liberdade do corpo coletivo.

Mas quando o indivíduo prefere contratar e remunerar terceiros para sua defesa e dos seus, aí, adverte Rousseau, o Estado se aproxima da ruína. Mercenários lutam apenas por dinheiro, sem nenhum vínculo outro com o Estado e seus integrantes, sua lealdade está vinculada às riquezas que poderão obter dos seus contratantes. A partir do momento em que o soberano se entrega a essa milícia estará à sua mercê e o povo será dominado por seus pseudoprotetores. Entende-se que esse é o ponto da advertência do pensador.

¹⁰⁶ ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Do Contrato Social**, tradução de Lourdes Santos Machado, Os Pensadores, vol. I. São Paulo: Nova Cultural, 1997, p. 185.

Os cidadãos, na sua condição de frações do todo, reúnem-se em conselho para deliberar e manifestar a 'vontade geral'. Nesses conselhos é que fixam as diretrizes e o caminho a ser trilhado pelo corpo coletivo, sendo fundamental a presença pessoal de todos, de modo que a união e convergência das vontades particulares resultem em benesses para todos. Em assembleia todos opinam, decidem e manifestam a 'vontade geral'. Essa modalidade de manifestação tem o nome de democracia direta que, na visão de Rousseau, é a melhor das formas de o soberano manifestar sua vontade. Há também a possibilidade de os cidadãos delegarem aos representantes de classes políticas a participação e deliberação nos conselhos em que a vontade do corpo coletivo se manifestará, esta é denominada democracia representativa, que é veementemente combatida pelo pensador. Segundo Rousseau, quando o cidadão à custa de preguiça e dinheiro escolhe representantes para por ele deliberar, permite que este venha vender a sua pátria.

Continuando, Rousseau discorre sobre os deputados:

Os deputados do povo não são, nem podem ser seus representantes; não passam de comissários seus, nada podendo concluir definitivamente. É nula toda lei que o povo diretamente não ratificar; em absoluto, não é lei. O povo inglês pensa ser livre e muito se engana, pois só o é durante a eleição dos membros do parlamento; uma vez estes eleitos, ele é escravo, não é nada. Durante os breves momentos de sua liberdade, o uso, que dela faz, mostra que merece perdê-la.¹⁰⁷

Ao se organizar politicamente, segundo Rousseau, o corpo coletivo escolhe o legislador que irá organizar o seu sistema jurídico, suas leis. O trabalho deste legislador será o de estruturar as normas de forma positivada, de acordo com suas fontes, isto é, costumes, valores e princípios. Após a realização de seu feito o legislador o submeterá ao povo que deliberará a respeito e promulgará ou não a proposta legislativa, ou seja, o legislador é o comissário subordinado ao soberano que agirá segundo a vontade deste sem, contudo, nada deliberar ou decidir, cabendo aos cidadãos em assembleia converter em lei a *vontade geral*.

Sobre a escolha de deputados o pensador cita como exemplo o povo inglês, que na época, e também nos dias de hoje, escolhia e escolhe os integrantes do parlamento, deputados estes responsáveis por legislar em seu lugar. O mesmo ocorre

¹⁰⁷ ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Do Contrato Social**, tradução de Lourdes Santos Machado, Os Pensadores, vol. I. São Paulo: Nova Cultural, 1997, p. 187.

na quase totalidade dos Estados modernos, isto é, o povo escolhe representantes para por ele legislar e manifestar a *vontade geral*. Rousseau combate veementemente esse modelo de democracia representativa e com robustos argumentos, pois fere frontalmente o fundamento *Do contrato social* por si defendido, haja vista que pela liberdade social o homem se entrega a si mesmo e não a outro homem.

Ora, do momento em que o cidadão delega a um deputado o poder de legislar em seu nome, esse cidadão está se entregando a outro homem, o deputado, não mais se entregando a si mesmo. Uma coisa é o cidadão escolher o deputado como legislador, que irá positivar a vontade do corpo coletivo e submeter seu trabalho ao seu eleitor para que o promulgue, ou não; outra coisa é esse deputado idealizar, propor, estruturar, decidir e promulgar em nome do cidadão, que em nada participa do processo legislativo, sendo obrigado a cumprir leis que lhe foram impostas coercitivamente. Para Rousseau isso é escravidão e não liberdade.

Ao se referir à pseudoliberdade do povo inglês, que só a exerce por ocasião do sufrágio no momento da escolha dos deputados, tornando-se escravo deste depois do pleito eleitoral, Rousseau critica que, da forma como é exercida, esse povo merece mesmo perdê-la. Nesse processo eletivo os cidadãos literalmente estão se entregando a outros homens, que são os deputados, e estes irão impor leis ao povo como bem entenderem, o que implicará 'vontade particular' do legislador, sem se tratar, de nenhuma forma, da 'vontade geral'. Note-se que o exemplo relacionado ao povo inglês retrata o que ocorre, até os dias de hoje, na quase totalidade dos Estados existentes.

Esse sistema de democracia representativa implica porta aberta à corrupção, pois a história registra inúmeros casos em que a liberdade do povo foi vendida por seus representantes, tanto governantes, quanto legisladores, todos detentores do livre poder de decidir pela 'vontade geral', impondo, assim, sua corrupta 'vontade particular'. Lamentavelmente essa situação não é exceção, mas praticamente regra. Como demonstrou Rousseau há três séculos, esse tipo de entrega a outros homens resulta proximidade da ruína do estado, pois certamente haverá ruptura *Do contrato social*.

Sobre o assunto o pensador ainda diz que “de qualquer modo, no momento em que um povo se dá representantes, não mais é livre, não mais existe”¹⁰⁸ e tal pode facilmente ser verificado, bastando, para tanto, observar o que ocorre nos Estados modernos, pois são comandados por pequenos grupos políticos ou religiosos, havendo ainda os que o são por um ditador, apoiados, na maioria dos casos, por deputados que constantemente vendem a soberania ao governo ou, até mesmo, a estrangeiros.

Nos primórdios dos primeiros agrupamentos humanos, a dominação pela força militar decorrente de guerras era comum, mas posteriormente essa dominação passou a ser, na maioria dos casos, pelo poder político, em que a manipulação e a corrupção constituem as principais ferramentas; pelo poder religioso, em que os sacerdotes conduzem as massas pela exploração de suas crenças; e econômico, cujos conglomerados internacionalizados se infiltram nas sociedades e pelo lucro financeiro vão espoliando as riquezas dos cidadãos. De uma forma ou de outra, o povo sempre termina por ser escravizado e o pacto social é simplesmente pulverizado.

Conforme as várias citações deste trabalho, é possível verificar que os comentadores de Rousseau evitam abordar de forma direta o tema presente, o que é lamentável, pois se trata de um dos mais importantes, relativamente à sobrevivência *Do contrato social*. De forma sutil, sobre representantes do povo, Oliveira comenta Rousseau:

O princípio moderno de representação resulta, inevitavelmente, num aumento progressivo do poder do Estado sobre a sociedade, uma vez que torna débil e inibe continuamente os poderes intra-sociais que tornam efetivas a independência e o caráter consistente da sociedade. A ambivalência da representação está em que o poder representativo tem a tendência a dominar, sozinho, a sociedade que ele apenas devia “representar”. Assim, um sem número de vezes não nos sentimos representados, mas oprimidos por um estado que deveria apenas expressar nossa vontade.¹⁰⁹

O pensador expõe de forma consistente que o povo submisso às deliberações de deputados está entregue a outros homens e não a si mesmo, pois a ‘vontade gera’ deixa de existir. O comentador, por sua vez, o explica e ainda reforça a questão da tendência que o representante popular tem de dominar seus representados.

¹⁰⁸ ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Do Contrato Social**, tradução de Lourdes Santos Machado, Os Pensadores, vol. I. São Paulo: Nova Cultural, 1997, p. 189.

¹⁰⁹ OLIVEIRA, Neiva Afonso. **Rousseau e Rawls: Contrato em Duas Vias**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000, p. 104-105.

Nessa causa de antagonismo entre a ‘vontade geral e a vontade particular’, há grave simulação de que o corpo coletivo delibera quando na verdade as deliberações partem de grupos de representantes que nada mais fazem do que impor interesses de alguns dentro do todo, o que transforma o pacto social em competição de forças econômicas e políticas, em detrimento do Estado e do povo.

4.6. Liberdade *versus* Totalitarismo

Ao apresentar *Do contrato social* e seu fundamento, em que o homem se entrega ao soberano e, de consequência não se entrega a ninguém, Rousseau também demonstrou a valorização da *vontade geral* e como esta deve ser indestrutível, condição imperativa de existência e independência do Estado. Ocorre que sua concepção de Estado democrático implicou interpretações de que Rousseau defendesse o totalitarismo, em razão dessa entrega total e incondicional do indivíduo ao Estado. Diante dessas interpretações será apresentada breve análise da controvérsia.

Segundo Russell, houve influência de cunho totalitário em vários povos por causa das ideias de Rousseau, daí afirma: “é o pai do movimento romântico, o iniciador de sistemas de pensamento, que inferem fatos não humanos de emoções humanas, bem como o inventor da filosofia política das ditaduras pseudodemocráticas, em oposição às monarquias absolutas tradicionais”¹¹⁰.

O comentador manifesta sua posição em razão de Rousseau afirmar que “(...) a alienação total de cada associado, com todos os seus direitos, à comunidade toda, porque em primeiro lugar, cada um dando-se completamente, a condição é igual para todos...” (nota 31), ou seja, quando o homem se dá completamente, sem qualquer condição, está se submetendo à tutela de um Estado totalitário, abdicando de sua liberdade individual.

Deste maneira, é válido demonstrar a ideia do comentador em questão que é a supervalorização da ‘vontade geral’ e a entrega incondicional do homem, segundo *Do Contrato Social* de Rousseau, resultaram em pretexto para o surgimento de regimes

¹¹⁰ RUSSELL, Bertrand. **História da Filosofia Ocidental**. 3ª ed., tradução de Brenno Silveira. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977, p. 224.

pseudodemocráticos totalitários que escravizaram povos, ao contrário da suposta liberdade descrita pelo pensador.

Por outro lado, há a corrente de interpretação que defende o ganho de liberdade resultante *Do Contrato Social*, na forma vista por Rousseau, como é o caso de Cassirer, que sobre Rousseau afirma:

Ele definiu com clareza e segurança o sentido específico e o verdadeiro significado de sua idéia de liberdade. Para ele, liberdade não significa arbítrio, mas a superação e a exclusão de todo o arbítrio. Ela se refere à ligação a uma lei severa e inviolável que eleva o indivíduo acima de si mesmo. Não é o abandono desta lei e o desprender-se dela, mas a concordância com ela o que forma o caráter autêntico e verdadeiro da liberdade.¹¹¹

Pelo contrato social o indivíduo exerce a liberdade em comum com outros indivíduos, o que excluirá de si o arbítrio, ao se submeter às leis ditadas pelo soberano, leis estas que o próprio indivíduo participa da sua confecção. Não haverá submissão a outrem, mas unicamente à vontade geral. E todos os cidadãos, igualmente, haverão de obedecer às mesmas leis.

O referido comentador tem sua posição alicerçada, entre outras, nas seguintes palavras de Rousseau: “cada um, unindo-se a todos, só obedece, contudo, a si mesmo, permanecendo assim tão livre quanto antes” (nota 30), o que leva a considerar o valor inalienável que o pensador dá à liberdade do indivíduo, mesmo como integrante do corpo coletivo.

Conforme exposto, para alguns comentadores, como no caso de Russell, a supervalorização da ‘vontade geral’ leva o homem à submissão perante o Estado, com sua pseudodemocracia, implementa regime totalitário que subjuga o indivíduo. Para outros, como no caso de Cassirer, a obediência às leis resulta na liberdade do homem, que deixa de ser vítima do arbítrio. É oportuno considerar que o pensamento de Rousseau é claro quanto o exercício da democracia direta como meio de a liberdade individual ser plenamente valorizada, como se pode verificar em suas palavras: “desde que o serviço público deixa de constituir a atividade principal dos cidadãos e eles preferem servir com sua bolsa a servir com sua pessoa, o Estado já se encontra próximo da ruína” (nota 106); ou ainda quando afirma: “é nula toda lei que o povo

¹¹¹ CASSIRER, Ernst. **A Questão Jean-Jacques Rousseau**, tradução Erlon José Paschoal e Jézio Gutierrez. São Paulo: UNESP, 1999, p. 55.

diretamente não ratificar; em absoluto, não é lei” (nota 107); e mais: “o povo inglês pensa ser livre e muito se engana, pois só o é durante a eleição dos membros do parlamento; uma vez estes eleitos, ele é escravo, não é nada” (nota 107). Vê-se que, dessa forma, o homem não há de se entregar a outro homem, o que seria escravidão. Ao entregar-se ao corpo coletivo não se entregará a ninguém e como integrante da *vontade geral* o homem estará se entregando a si mesmo. A liberdade social está no cumprimento das leis confeccionadas e aprovadas pela assembleia dos indivíduos, então cidadãos, que compõe a *vontade geral*, isto é, a união legítima de ‘vontades particulares’.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme estudado em Rousseau, o sentimento inicial de frustração com a perda da liberdade natural, o ganho de autoconfiança, com a ideia da liberdade civil, a sensação de amplitude e o sentimento de autoridade manifestado pela liberdade social, possibilita a compreensão de que a liberdade natural é, na verdade, escravidão que o cumprimento de normas e o sacrifício individual em prol do social traz a verdadeira liberdade, que é a moral.

Deste modo, vale dizer que se firmou o entendimento que o corpo coletivo protege o indivíduo, preserva sua liberdade civil, garantindo-lhe a posse, a propriedade e a cidadania, e o soberano, por sua vez, envia esforços visando a prosperidade comum.

Assim, as sociedades políticas têm papel preponderante na formação da estrutura social de sucesso, enquanto que o mais forte pelo exercício insensato e abusivo do poder, bem como a imposição de pessoas à condição de escravos, são situações que não podem ter lugar em uma sociedade legitimamente organizada, que deva ter como princípio básico o bem comum.

Em resumo, pelo soberano se manifesta a ‘vontade geral’, a pretensão do corpo coletivo, garantidor da liberdade social dos homens e principal controlador do Estado, o interesse coletivo que, natural e tacitamente organizado, firma os princípios de direito que nortearão a organização política e jurídica do povo. Os pilares da organização estatal e a garantia da sua existência dependerão do quanto às cláusulas do *contrato social* irão balizar a ‘vontade geral’ manifestada pelo soberano.

Explicada a definição de governo, segundo Rousseau, demonstrou-se onde se situa *Do contrato social* e qual o seu papel perante o corpo coletivo, como materializador das leis e administrador dos interesses comuns, representante da força do soberano e cumpridor da sua vontade, na busca da felicidade de todos os seus cidadãos. De igual forma também se esclareceu as formas de governo, que se mantêm até os dias de hoje, em que pese a diversidade cultural e social dos povos. Mesmo em países de estruturação mais complexa, como repúblicas federativas, sempre na forma pensada por Rousseau, com regionalização da administração descentralizada. Enfim, o pensamento do autor se faz presente nas coletividades.

A valorização da vontade geral' por Rousseau resulta na legitimidade do pacto social, cujos indivíduos, no pleno exercício de sua liberdade social e moral, celebram-no e o mantêm sólido em seus princípios e em sua organização política, por isso o pensador defende ser a 'vontade geral', indestrutível, valendo a afirmativa tão somente em se tratando de corpo social legítima e naturalmente constituído. O objeto *Do contrato social* pensado por Rousseau visa atender todas as pretensões comuns das pessoas, como também lhes preservar as pretensões particulares, sem que reciprocamente possam se violar.

Sobre causas de antagonismo, quando a 'vontade particular' se manifesta pela vaidade, egoísmo, inveja, e outros vícios morais, em que conflita com o interesse geral ou, ainda, tenta subjugar-lo, o que é constante, surge o amor-próprio visto por Rousseau, havendo o corpo coletivo, no exercício da jurisdição, que coibir o infrator de tal comportamento, aplicando-lhe, proporcionalmente, a sanção cabível, a fim de que o soberano preserve legitimamente sua integridade e sua força. Por outro lado, não pode o Estado ignorar sua razão de existir, pois no seu papel há a responsabilidade de zelar pelo indivíduo.

O estabelecimento de privilégios a grupos dentro do corpo coletivo é, igualmente, importante causa de antagonismo, uma vez que as desigualdades resultantes levam ao confronto de pretensões e competições setorizadas, reflexo do amor-próprio. Assim como o indivíduo está sujeito a se deixar tomar pela vaidade, egoísmo e outras paixões, os grupos também, só que de forma multiplicada.

Neste cenário, a vontade do governante é a mais perigosa causa de antagonismo, em face da grande concentração de poder que o príncipe detém, podendo este, provavelmente, levar à ruína o Estado e destruir *Do contrato social*. Quanto mais evolui a sociedade, tanto mais o governo conspira para dominá-la e, tornando-se maior, mais difícil se tornam as decisões em assembleia, o que deixa o corpo coletivo mais suscetível ao domínio do governante. Para Rousseau os Estados menores tendem a ser mais prósperos em razão da maior dificuldade de o governo manipular a 'vontade geral'.

Outra não menos perigosa é a representação popular, pois há grave simulação de que o corpo coletivo delibera quando na verdade tais deliberações partem

de grupos de representantes que nada mais fazem do que impor interesses de alguns dentro do todo, o que transforma o pacto social em competição de forças econômicas e políticas, em detrimento do Estado. Segundo Rousseau, quando os cidadãos nomeiam representantes, o Estado estará próximo da ruína, pois estes o venderão.

O amor-próprio do indivíduo, o estabelecimento de privilégios por parte de grupos de indivíduos, o governante que impõe sua vontade particular ao corpo coletivo, os representantes populares que alienam a vontade geral a outrem, que são causas marcantes de antagonismo entre a vontade geral e a ‘vontade particular’, têm origem comum na liberdade social, isto é, os vícios decorrentes do comportamento do homem de sociedade, todos adquiridos em consequência da convenção. O fundamento que dá origem ao contrato social é o mesmo que leva ao seu perecimento, conforme diz o próprio Rousseau: “O corpo político, como o corpo do homem, começa a morrer desde o seu nascimento e traz em si mesmo as causas de sua destruição”¹¹².

A divergência na interpretação do pensamento de Rousseau decorre exatamente do antagonismo entre a vontade particular¹ e a *vontade geral*, onde uns, como Russell, defendem que a supervalorização desta implica em totalitarismo de governo a subjugar aquela, enquanto que outros, como Cassirer, entendem que a valorização da primeira só ocorrerá se houver o esforço de todos em benefício da segunda. Quando Rousseau afirma que a ‘vontade particular’ sempre atentará contra a ‘vontade geral’, refere-se às causas de antagonismo abordadas no último capítulo deste trabalho, nos vícios individuais que, de fato, podem levar ao totalitarismo e à morte do corpo coletivo. Enfim, a associação possibilitou ao homem a sobrevivência da espécie e a sua evolução e Rousseau, por sua vez, trouxe importante contribuição em sua obra filosófica, especialmente com relação a *Do Contrato Social*, ao expor que a liberdade social e a liberdade moral serão obtidas através do exercício da democracia com direta e efetiva participação do cidadão em assembleias, deliberando sobre a ‘vontade geral’, de forma a conduzir esta na proteção da legítima *vontade particular*, bem como a coibir abusos que venham a colocar estas duas vontades em situação de antagonismo.

¹¹² ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Do Contrato Social**, tradução de Lourdes Santos Machado, Os Pensadores, vol. I. São Paulo: Nova Cultural, 1997, p. 177.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA JR., José Benedito de. **Como Ler Jean-Jacques Rousseau**. São Paulo: Paulus, 2013.

BOBBIO, Norberto e BOVERO, Michelangelo. **Sociedade e Estado na Filosofia Política Moderna**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm. Acesso em: 28 ago. 2017.

CARVALHO, Carla Bianca Vasconcelos Accioly de. **O Iluminismo e o Contrato Social em Rousseau**: Reflexões Sobre a Democracia. Campinas: Pontes, 2003.

CASSIRER, Ernst. **A Questão Jean-Jacques Rousseau**, tradução Erlon José Paschoal e Jézio Gutierre. São Paulo: UNESP, 1999.

COLETTI, Luciana. **Sociedade e Política**: Estudo Sobre a Natureza Humana em Jean-Jacques Rousseau. Passo Fundo: IFIBE, 2006.

DENT, N.J.H. **Dicionário Rousseau**, tradução Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

DERATHÉ, Robert. **Rousseau e a Ciência Política de Seu Tempo**. São Paulo: Barcarolla, 2009.

Dicionário de Português (livro eletrônico). Copyright 2005–2015 Apple Inc.

DOMINGOS, Emídio da Veiga. **Sociabilidade e Comunicação em Jean-Jacques Rousseau**. Porto Alegre: Movimento, 1989.

DURKHEIM, Émile. **Montesquieu e Rousseau**: Pioneiros da Sociologia, tradução Julia Vidili. São Paulo: Madras, 2008.

FORTES, Luiz R. Salinas. **O Bom Selvagem**. Disponível em: <https://www.passeidireto.com/arquivo/20279658/o-bom-selvagem---luiz-r-salinas-fortes>. Acesso em: 18 set. 2017.

KUNTZ, Rolf. **Fundamentos da Teoria Política de Rousseau**. São Paulo: Barcarolla, 2012.

LIMA, Rômulo de Araújo. **10 Lições Sobre Rousseau**. 2ª ed., Petrópolis: Vozes, 2013.

MACHADO, Lourival Gomes. **Homem e Sociedade na Teoria Política de Jean-Jacques Rousseau**. Boletim nº 198, Política nº 2, São Paulo: USP, 1956.

- MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe**, disponível em: <http://www.culturabrasil.org/zip/oprincede.pdf> (livro eletrônico). Acesso em: 06 jun. 2016.
- MARUYAMA, Natália. **A Contradição Entre o Homem e o Cidadão**: Consciência Política Segundo J.-J. Rousseau. São Paulo: Humanitas/FAPESP, 2001.
- MOSCATELI, Renato. **Rousseau Frente ao Legado de Montesquieu**: História e Teoria Política no Século das Luzes. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010.
- NASCIMENTO, Milton Meira do. **A Vontade Geral e o Princípio da Equidade**, disponível em: <http://www.revistas.usp.br/cefp/article/view/56558>. Acesso em: 5 jul. 2016.
- NODARI, Paulo César. **Ética, Direito e Política**: a Paz em Hobbes, Locke, Rousseau e Kant. São Paulo: Paulus, 2014.
- OLIVEIRA, Neiva Afonso. **Rousseau e Rawls**: Contrato em Duas Vias. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.
- PISSARRA, Maria Constança Peres. **Rousseau – a Política Como Exercício Pedagógico**. São Paulo: Moderna, 2003.
- ROLLAND, Romain. **O Pensamento Vivo de Rousseau**, tradução de J. Cruz Costa. São Paulo: Martins, 1951.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Do Contrato Social**, tradução de Lourdes Santos Machado, Os Pensadores, vol. I. São Paulo: Nova Cultural, 1997.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Discurso sobre a Origem e os Fundamentos da Desigualdade Entre os Homens**, tradução de Lourdes Santos Machado, Os Pensadores, vol. II. São Paulo: Nova Cultural, 1999.
- RUSSELL, Bertrand. **História da Filosofia Ocidental**. 3ª ed., tradução de Brenno Silveira. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977.
- RUZZA, Antonio. **Rousseau e a Moralidade Republicana no Contrato Social**. São Paulo: Annablume, 2010.
- SAHD, Luiz Felipe Netto de Andrade e Silva. **Rousseau e a Administração dos Bens**. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31732003000100007&lang=pt. Acesso em: 01 out. 2017.
- ULHÔA, Joel Pimentel de. **Rousseau e a Utopia da Soberania Popular**. Goiânia: UFG, 1996.

VIEIRA, Luiz Vicente. **A Democracia em Rousseau**: A Recusa dos Pressupostos Liberais. Porto Alegre: EDIPRUCS, 1997.